

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

GESSICA LUCIF

CONCEPÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
CARAMBEÍ-PR

PONTA GROSSA
2024

GESSICA LUCIF

CONCEPÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
CARAMBEÍ-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

PONTA GROSSA
2024

Lucif, Gessica
L937 Concepções sobre as práticas de gestão democrática em centros
municipais de educação infantil do município de Carambeí-PR / Gessica Lucif.
Ponta Grossa, 2024.

111 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

1. Gestão democrática. 2. Educação infantil. 3. Escola pública. I. Flach,
Simone de Fátima. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 372.1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

GESSICA LUCIF

"CONCEPÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ-PR"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Prof^ª. Dra Simone de Fátima Flach - UEPG - (Presidente)
Prof^ª. Dra Aliandra Cristina Mesomo Lira - UNICENTRO
Prof^ª. Dra Vera Lucia Martiniak - UEPG
Prof^ª. Dra Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fatima Flach, Professor(a)**, em 29/02/2024, às 12:06, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoletto, Professor(a)**, em 29/02/2024, às 12:08, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 01/03/2024, às 09:55, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador 1865907 e o código CRC FF270817.

23.000079174-6

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar na realização do sonho que ele colocou em meu coração.

À minha irmã Joice Lucif, que sempre acreditou em mim e junto com as “ninas” estava ao meu lado durante todo o processo. Obrigada pelo incentivo e carinho.

Ao meu esposo Eleandro Benedito S. Teixeira, que me incentiva na busca pelos meus objetivos. Obrigada pelo seu apoio e carinho.

À Professora Dra. Simone de Fátima Flach, por aceitar fazer parte da minha trajetória acadêmica, sendo um exemplo a ser seguido por mim. Obrigada pela confiança e dedicação.

À secretária do Departamento de Educação e Cultura do município de Carambeí-PR, gestão 2021-2024, pela prontidão em autorizar e participar da pesquisa.

À equipe gestora e coordenação pedagógica do CMEI CANAÃ, gestão 2016-2022 e gestão 2022-2026, que nunca mediram esforços para organizar minha rotina de trabalho, conciliando-a com as atividades do mestrado. Obrigada por toda compreensão e dedicação.

Por fim, às diretoras e membros da comunidade partícipes da pesquisa, que prontamente dedicaram seu tempo para contribuir com minha pesquisa por meio de suas concepções sobre as práticas de gestão democrática.

RESUMO

LUCIF, G. **Concepções sobre as práticas de gestão democrática em centros municipais de educação infantil do município de Carambeí-PR.** 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto a Gestão Democrática na Educação Infantil. Para tanto, discute-se Gestão Democrática como princípio da escola pública, tendo como pressuposto que este não se desvincula da luta política, pois possibilita um avanço social por meio da ação democrática de dentro para fora da escola. O referencial teórico utilizado é pautado no Materialismo Histórico e Dialético, o qual auxilia a compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR. Os objetivos específicos são: apontar possíveis relações entre as previsões legais e as concepções sobre as práticas de gestão nas instituições de Educação Infantil de Carambeí-PR; identificar práticas e ações que indiquem a intenção de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR e indicar a presença ou ausência de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR. O campo de pesquisa é o Município de Carambeí-PR, o qual dispõe de quatro Centros Municipais de Educação Infantil. No início do segundo semestre do ano de 2023, foram realizadas entrevistas com a direção escolar, a coordenação pedagógica, um docente e um membro da comunidade em cada CMEI, além da secretária municipal de educação, totalizando em 17 entrevistas semiestruturadas e seus respectivos áudios para a análise conforme o objetivo desta pesquisa. Ao analisar os dados da pesquisa, é possível perceber a intenção de uma gestão efetiva, por meio de indicativos presentes nas instituições, o que indica a busca por uma Gestão Democrática nos CMEIs do município de Carambeí-PR. Diante disto, concluímos que a Gestão Democrática ainda é uma realidade a ser conquistada, visto que se mostram necessárias ações que ultrapassem a formalidade legal e se tornem capazes de alcançar a vivência democrática por toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação Infantil. Escola Pública.

ABSTRACT

LUCIF, G. **Conceptions of democratic management practices in municipal early childhood education centres in the municipality of Carambeí-PR.** 2024. 111 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

The research presented focuses on Democratic Management in Early Childhood Education. To this end, it discusses Democratic Management as principle of public school, based on the assumption that it is not disconnected from the political struggle, as it enables social progress through democratic action from the inside to the outside of the school. The theoretical framework used is based on Dialectical and Historical Materialism, which helps to understand the issue being researched in its historical movement and as a reflection of the contradictions of capitalism. The general objective is to analyse the conceptions of Democratic Management that are present in the context of Early Childhood Education in Carambeí-PR. The specific objectives are to indicate possible relationships between legal provisions and conceptions of management practices in Early Childhood Education institutions in Carambeí-PR; to identify practices and actions that indicate the intention of Democratic Management in the context of Early Childhood Education in the municipality of Carambeí-PR; and to indicate the presence or absence of Democratic Management in the context of Early Childhood Education in the municipality of Carambeí. The field of research is the municipality of Carambeí-PR, which has four Municipal Early Childhood Education Centres. At the beginning of the second semester of 2023, interviews were conducted with school principals, the pedagogical coordinator, a teacher and a member of the community in each CMEI, as well as the municipal secretary of education, totaling 17 semi-structured interviews and their respective audios for analysis according to the objective of this research. By analysing the research data, it is possible to perceive the intention of effective management, through indications present in the institutions, which indicates the search for Democratic Management in the CMEIs of the municipality of Carambeí-PR. In view of this, we conclude that Democratic Management is still a reality to be achieved, since actions are needed that go beyond legal formality and become capable of achieving democratic experience for the entire school community.

Keywords: Democratic Management. Early Childhood Education. Public School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|--|----|
| Gráfico 1 | – Tipos de produções encontradas durante o levantamento de pesquisas | 26 |
| Figura 1 | – Localização do município de Carambeí no Estado do Paraná | 52 |
| Quadro 1 | – Dados sobre as gestoras escolares atuais dos CMEIs do município de Carambeí-PR | 60 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Quantidade de trabalhos, sobre a temática pesquisada, por descritor e fonte de dados..... | 24 |
| Tabela 2 – Quantidade de trabalhos sobre a temática pós-seleção, por descritor e fonte de dados..... | 25 |
| Tabela 3 – Classificação e quantidade de trabalhos sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil..... | 26 |
| Tabela 4 – Quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil no ano de 2015 e 2022..... | 59 |
| Tabela 5 – Quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil em Carambeí, por tipo de instituição - 2023..... | 62 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| APMF | Associação de Pais, Mestres e Funcionários |
| CE | Conselho Escolar |
| CEI | Centro de Educação Infantil |
| CEP | Comitê de Ética e Pesquisa |
| CME | Conselho Municipal de Educação |
| CMEIs | Centros Municipais de Educação Infantil |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| DEDUC | Diretoria de Educação |
| DPGE | Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EMEI | Escolas Municipais de Educação Infantil |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| PME | Plano Municipal de Educação |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PR | Paraná |
| SEED/PR | Secretaria de Estado da Educação E Do Esporte do Estado do Paraná |
| SMEC | Secretaria Municipal de Educação e cultura |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSM | Universidade Federal De Santa Maria |
| UNIVALI | Universidade do Vale do Itajaí |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 – DISCUSSÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA | 15 |
| 1.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. | 16 |
| 1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA..... | 24 |
| 1.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES..... | 35 |
| CAPÍTULO 2 – A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ-PR: ENTRE OS FUNDAMENTOS ORIENTADORES DA PESQUISA E A REALIDADE INVESTIGADA | 43 |
| 2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO COMO MÉTODO DE PESQUISA..... | 43 |
| 2.2 A ÉTICA COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA PESQUISA..... | 48 |
| 2.3 CARAMBEÍ-PR: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA..... | 51 |
| 2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ-PR..... | 56 |
| 2.5 ENCAMINHAMENTOS DA SMEC PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 62 |
| CAPÍTULO 3 – GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 70 |
| 3.1 INDICATIVOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 72 |
| 3.1.1 Elaboração, implementação e acompanhamento do PPP..... | 72 |
| 3.1.2 Instâncias colegiadas: o conselho escolar e práticas como o grêmio estudantil..... | 76 |
| 3.1.3 Gestão de recursos financeiros: o papel da APMF..... | 80 |
| 3.2 CONCEPÇÕES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS..... | 83 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| REFERÊNCIAS | 91 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO | 97 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM OS GESTORES | 99 |
| APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA | 101 |
| APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM OS PROFESSORES..... | 102 |
| APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM MEMBROS DA COMUNIDADE..... | 103 |
| ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 104 |
| ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE..... | 105 |
| ANEXO C – PARECER APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA... | 106 |
| ANEXO D – DECLARAÇÃO DE SUPRESSÃO DAS ENTREVISTAS..... | 111 |

INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática na Educação Infantil insere-se nas formulações e implementações de políticas educacionais. Para a busca e efetivação desse modelo de gestão, precisamos compreender a própria concepção de Gestão Democrática na Educação Infantil, sendo assim, esta pesquisa tem como problemática: Quais são as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR?

A Gestão Democrática pode ser considerada como uma temática nova no campo da educação, visto que, somente em 1988, após a reabertura democrática no Brasil, a Constituição Republicana a caracterizou como um princípio da educação nacional. Nesse sentido, é preciso entender que a Gestão Democrática, enquanto princípio, é balizadora das ações e estratégias a serem implementadas na educação, seja em nível de sistema ou das instituições escolares.

É importante destacar que a Gestão Democrática é um tema controverso e se assenta em fundamentos contraditórios, pois de um lado aponta para a participação da comunidade escolar no processo educacional, na tomada de decisões, na definição do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de políticas educacionais, e, por outro, sustenta-se na descentralização (muitas vezes entendida como desconcentração), na autonomia (relativa) e na participação (representativa). Diante disso, percebe-se que a Gestão Democrática se molda aos interesses que cerceiam a participação ampla dos sujeitos nos encaminhamentos políticos educacionais.

As reflexões presentes nesta pesquisa têm como objetivo geral analisar as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR. E, como objetivos específicos, apontar possíveis relações entre as previsões legais e as concepções sobre as práticas de gestão nas instituições de Educação Infantil de Carambeí-PR; identificar práticas e ações que indiquem a intenção de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil e indicar a presença ou ausência de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no referido município.

O interesse pela realização da pesquisa surgiu a partir da percepção de contradições existentes nos atos gestionários e da vivência da pesquisadora na rede pública, em que atua desde o ano de 2016 como docente no município de Carambeí-

PR. Esta pequena experiência já havia motivado a pesquisadora a realizar um curso de pós-graduação *lato sensu* entre o ano de 2017 a 2019 em Gestão Educacional: Organização Escolar e Trabalho Pedagógico, ofertada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), quando se intensificou o interesse de buscar resposta sobre a problemática que é abordada nesta pesquisa.

Para responder os questionamentos que norteiam esta pesquisa, o referencial teórico que fundamenta as análises aqui apresentadas é o Materialismo Histórico e Dialético, o qual auxilia na compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo. Assim, o referencial teórico oferece o suporte necessário para a superação de uma visão distorcida da realidade de modo a entendê-la em sua totalidade, explicitando os interesses de classe presentes nas decisões e ações desenvolvidas no âmbito escolar.

O campo de pesquisa deste estudo são os quatro CMEIs do município de Carambeí-PR, onde tivemos a amostra de 17 participantes, sendo: a secretária municipal de educação do município de Carambeí-PR e quatro representantes de cada instituição de Educação Infantil. Os partícipes de cada CMEI, correspondem a uma diretora escolar, uma pedagoga, uma professora e um membro da comunidade. Coincidentemente todos os sujeitos entrevistados foram mulheres. As entrevistas tiveram a mesma abordagem, porém com a linguagem voltada para cada eixo participante. Os roteiros das entrevistas foram organizados com a finalidade de responder os objetivos desta pesquisa.

A exposição da pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentadas discussões sobre Gestão Democrática na Educação Infantil da rede pública enquanto princípio da educação pública, pois a mesma não se desvincula da luta política. Nesse sentido, as reflexões indicam que a Gestão Democrática na e da educação possibilita o avanço social por meio de ações que ultrapassam os muros escolares e atingem a sociedade como um todo, mesmo diante das contradições impostas pelo sistema capitalista.

Para tanto, realizou-se o levantamento da produção no que se refere às produções acadêmicas que envolvem a temática de Gestão Democrática na Educação Infantil nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O levantamento foi realizado no segundo semestre do ano de 2022

sem filtro de datas. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: "Gestão Democrática na Educação Infantil" e "Gestão Democrática da Educação Infantil".

Diante dos 15 trabalhos encontrados, sendo nove artigos, quatro dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e uma resenha; foi possível perceber que a Gestão Democrática é complexa e aborda vários aspectos dentro de uma instituição, dentre eles, a participação, eleição de diretores, organização das instituições, entre outros.

Ao final do primeiro capítulo, discute-se sobre alguns limites e possibilidades que acontecem em decorrência da Gestão Democrática na Educação Infantil, de modo a apontar que essa se vincula à democracia por meio dos atos gestionários da educação. No entanto, em razão do sistema capitalista ao qual a sociedade está imposta atualmente, a Gestão Democrática também apresenta limites para se efetivar. Tais questões fazem emergir as contradições inerentes à lógica que rege a sociedade do capital.

No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico que fundamentará a pesquisa, o Materialismo Histórico e Dialético, o qual auxilia na compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo. Em seguida, são discutidas questões sobre a ética em pesquisa, já que este estudo se propôs a realizar entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo gestionário da Educação Infantil no município pesquisado, sendo necessária a análise e aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa.

Ainda, neste capítulo, é apresentado um panorama sobre o município de Carambeí, *lócus* do objeto de pesquisa, abordando a questão sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil, o processo histórico da educação neste município e o avanço de atendimento da Educação Infantil, especialmente conforme compromissos assumidos no Plano Municipal de Educação.

Para finalizar o segundo capítulo, são apresentados os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) quanto à Gestão Democrática na Educação Infantil no município de Carambeí-PR.

O terceiro capítulo traz discussões sobre a Gestão Democrática nas instituições de Educação Infantil por meio de indicativos desse tipo de gestão como: elaboração, implementação e acompanhamento do PPP; instâncias colegiadas: o conselho escolar e práticas como grêmios estudantis; e gestão de recursos financeiros: o papel da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). Para finalizar o

terceiro capítulo, são apresentadas as concepções de Gestão Democrática na prática dos sujeitos pesquisados por meio da análise das entrevistas.

Tendo em vista as análises realizadas, é possível apontar que a Gestão Democrática na Educação Infantil no município de Carambeí- PR, ainda não está consolidada, visto que as práticas dos sujeitos entrevistados indicam que as ações de Gestão Democrática estão circunscritas a poucos momentos em que há participação efetiva, visto que, embora os sujeitos indiquem argumentos sobre participação, essa não se evidencia na realidade.

Considerando que a Gestão Democrática no contexto escolar se constitui em processo e, como tal, é permeada de contradições, evidenciou-se durante as entrevistas questões que atravessam a concretização acerca dessa atuação, posto que os partícipes da pesquisa indicaram que a Gestão Democrática é uma realidade nos CMEIs, porém não conhecem meios de praticar a participação efetiva na instituição.

Espera-se que esta pesquisa, além de sanar os questionamentos descritos na problemática e objetivos do trabalho, contribua para o avanço da produção a respeito da temática, visto que a Gestão Democrática na Educação Infantil precisa estar presente no cotidiano escolar e no dia a dia dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, considera-se que a Gestão Democrática, para além de um princípio legal, precisa constituir-se em possibilidade de vivência da democracia e contribuir para a formação das futuras gerações que frequentam a Educação Infantil.

CAPÍTULO 1

DISCUSSÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA

A Educação Infantil tem uma longa trajetória. Na idade média, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas e não tinham direito algum na infância. Logo, no século XIX, após a Revolução Industrial, com a expansão da urbanização e com o sistema capitalista se consolidando, houve a necessidade de as mulheres da classe trabalhadora adentrarem cada vez mais no mercado de trabalho. O ingresso feminino no mundo da produção fez emergir a necessidade de instituições que pudessem cuidar de seus filhos. Em decorrência de muitas lutas e reivindicações, foram criadas as instituições denominadas como creche, para abrigar os filhos de mães trabalhadoras. Tais instituições tinham um caráter de assistência e não educativo. Foi um longo caminho para a educação de crianças ser reconhecida como um direito e como pertencente ao sistema escolar. Atualmente, no Brasil, a Educação Infantil é direito de todas as crianças e se constitui como primeira etapa da educação básica, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança (Brasil, 1996).

A Educação Infantil, ao ser oferecida em instituições públicas, deve atender os princípios educacionais estabelecidos nos documentos legais e normativos, dentre os quais se destaca a Gestão Democrática. Nessa perspectiva, os arts. 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 são claros ao indicar que a participação de profissionais e da comunidade escolar é imprescindível para sua efetivação, fato que pode evidenciar embates. Assim, tomando as indicações de Dourado (2001, p. 79), a Gestão Democrática precisa ser entendida como “processo de aprendizado e de luta política”, pois cria “canais de efetiva participação de aprendizado do ‘jogo’ democrático” e, conseqüentemente, colabora para a vivência de práticas que tenham a democracia como fundamento.

A partir de pesquisa bibliográfica, este capítulo busca responder o objetivo específico de apontar possíveis relações entre as previsões legais e as concepções de práticas de gestão nas instituições de Educação Infantil de Carambeí-PR. Para tanto, o presente capítulo está organizado nas seguintes seções: A Gestão Democrática como Princípio da Educação Pública, Gestão Democrática na Educação

Infantil: o que diz a produção acadêmica e Gestão Democrática na Educação Infantil: limites e possibilidades.

1.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A governança democrática no contexto brasileiro não é um assunto simples, pois a história social mostra que a democracia raramente foi vivida pelo povo, mesmo após a Proclamação da República (1889) quando, em tese, os ares democráticos pareciam adentrar no Brasil, especialmente após o fim da escravidão. O país viveu ao longo do século XX inúmeros períodos autoritários, nos quais a participação social ou a simples manifestação de vontade foi severamente rechaçada, especialmente no período ditatorial de 1964 a 1985.

No entanto, especialmente nas últimas décadas do século XX, a experiência da democracia tornou-se mais evidente em contextos políticos e sociais. Em meados da década de 1980, o fim da ditadura empresarial militar propiciou o resgate e fortalecimento da democracia¹, que foi concebida durante a ditadura, não apenas nas afirmações da sociedade, mas também nas normas e documentos legais promulgados após esse período. Inspirados por esse pensamento, as últimas décadas do século XX foram promissoras para o desenvolvimento do pensamento participativo, especialmente no campo da administração pública.

Quando essa democracia alcança a escola, a Gestão Democrática vai de encontro com as ações autoritárias. Menezes e Zientarski (2019, p. 21- 22) afirmam que “enquanto construção social, a gestão democrática precisa ser pensada na materialidade dialética da história” e, ainda, que “a gestão democrática precisa ser pensada como instrumento para agregar no mesmo ambiente os mais diversos sujeitos”.

Para refletir sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil da rede pública, é imprescindível discutir sobre a própria concepção de Gestão Democrática, sua formulação nas políticas educacionais e seu papel nos projetos institucionais.

Vivemos em uma sociedade cujos princípios se pautam no sentido real da democracia, tendo como referência primeira a Constituição Federal de 1988,

¹ Para entendimento da construção do conceito de democracia, ler: RIBEIRO, R. M. C. **A construção política e histórica do conceito de democracia**. In: Elton Luiz Nardi, Maria José Pires Barros Cardozo (org.). *Democracia e gestão da educação em perspectiva*. 1ed. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2019, v. 1, p. 85-110.

que define o Brasil como um Estado democrático. O parágrafo único no art. 1º chama o povo a participar, porque todo o poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes, logo em seu nome será exercido. Sendo um regime político em que todos os cidadãos têm igualdade de direito e poder de participação, consideramos que todos os cidadãos são dotados de liberdade, de igualdade e de soberania popular.

Mas, a democracia precisa constituir-se, para além da retórica de governo do povo e pelo povo, numa prática de participação popular, de igualdade de direitos civis e de corresponsabilidade nas decisões que dizem respeito ao Estado-Nação. (Ribeiro, 2019, p. 85).

A autora aborda que o processo para que a democracia realmente aconteça não é fácil, pois a sociedade precisa lutar contra a ideologia do capitalismo que está imersa na sociedade atual, buscando a efetivação de participação popular nos processos decisórios eminentes e que, “a democracia é um processo dinâmico, uma conquista diária e um desafio constante, que implica na formação dos sujeitos para exercer efetivamente o direito à cidadania e participação” (Ribeiro, 2019, p. 85-86).

A democracia no campo educacional foi estabelecida por meio do princípio da Gestão Democrática em 1988, na Constituição Federal do Brasil em seu art. 206, inciso VI, prevendo novas formas de organização e administração dos sistemas de ensino, inclusive com a participação dos principais agentes do processo educacional assim como alunos, profissionais, família e comunidade:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) (Brasil, 1988).

Dentre os vários aspectos importantes citados na Constituição Federal, como o acesso e permanência, liberdade e a qualidade da educação; a Gestão Democrática é abordada como um princípio, ou seja, deve orientar toda a oferta e organização da educação.

Nesse sentido, tal princípio se consolida na legislação educacional, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extraescolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
 XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021) (Brasil, 1996).

O art. 3º cita vários aspectos que remetem à democracia no âmbito escolar, assim como pluralismo de ideias, gratuidade de ensino, padrão de qualidade, direito à educação e respeito a individualidade humana. No inciso VIII da lei, percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 ressalta a Constituição Federal quanto à forma de gerir o ensino, sendo estabelecida a Gestão Democrática, porém fica claro que a democracia deve ser norteadora da gestão do ensino público, desobrigando as instituições de ensino privado de instituir a Gestão Democrática.

Alguns documentos legais e normativos reafirmam a importância da Gestão Democrática no ensino público. É o que acontece, por exemplo, com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE 2014-2024), indicando metas e estratégias para a implementação desse princípio no contexto brasileiro e, especialmente, nas escolas. A Constituição Federal aborda a gestão do ensino nos artigos 206 e 214, definindo-a como democrática, tanto na sua versão original em 1988 quanto na sua Emenda Constitucional (EC) nº 59, em que o papel do PNE e sua articulação em relação ao SNE são claramente tratados:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de

colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implantação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Brasil, 1988).

Durante o período de abertura política, o Sistema Nacional de Ensino nasce em meio a busca de construção de uma sociedade democrática, com a finalidade da consolidação da escola pública no país. Ele vem reforçar o Plano Nacional de Educação (PNE) e seus trâmites quanto às políticas públicas e suas estratégias para a implantação da Gestão Democrática nas escolas públicas.

Dessa forma, Nascimento, Cavalcante e Santos (2019, p. 195) apontam que:

a gestão democrática é desenhada como um princípio na norma, ou seja, tudo o que segue a partir deste princípio pressupõe que a gestão seja participativa, que os envolvidos no processo tem uma oportunidade de opinar e participar das decisões, assumir responsabilidades. Figura nos princípios e fins da educação nacional em todas as suas instâncias.

Na esteira desse pensamento, a Educação Infantil da rede pública faz parte da educação básica conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 21, e está norteada pelo princípio da Gestão Democrática. Assim, as ações gestonárias das instituições públicas devem buscar meios para que a participação de todos os envolvidos no processo educacional se efetive de forma a contribuir em prol dessa democratização na gestão escolar, permitindo a abertura de discussões para promover a organização e atendimento necessário às crianças atendidas, intensificando a importância que cada um tem dentro da escola.

A partir da inserção das instituições de Educação Infantil nos sistemas de ensino da educação básica, o modo de organização, funcionamento, bem como as propostas e práticas de gestão nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) configuram-se como dimensão do processo mais amplo de gestão escolar. No entanto, as particularidades que a Educação Infantil apresenta, ao desenvolver uma educação para crianças, implicam a necessidade de levar em consideração as diferenças nas propostas e práticas de gestão e de trabalho pedagógico, em relação as demais etapas de ensino.

A Gestão Democrática escolar é uma ação fundamental para o desenvolvimento educativo, segundo Flach (2012, p. 21):

Ela implica abertura de espaços de discussão com a comunidade escolar, possibilitando um processo de participação efetiva, em que a consciência coletiva não anula o pensamento individual, mas o transforma na busca do bem comum.

Na escola pública, o desenvolvimento da Gestão Democrática emerge dentro da instituição, sendo gerida de dentro para fora, ampliando horizontes e possibilidades de participação a todos os envolvidos com a instituição, assim como a comunidade escolar a qual a escola faz parte. Para exercer uma prática realmente democrática, é necessário consolidar mecanismos de intervenção e participação coletiva, pois esses fatores são imprescindíveis e significativos para a qualidade do ensino escolar.

Paro (2003) reflete sobre o processo pela busca da democracia na escola, o qual vem confirmar a necessidade de criar mecanismos de participação. O autor ainda afirma que:

Embora esta não seja uma tarefa fácil, parece-me que o primeiro passo na direção de concretizá-la deve consistir na busca de um conhecimento crítico da realidade, procurando identificar os determinantes da situação tal como ela se apresenta. [...] Não basta, entretanto, a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar que condições essa participação pode tornar-se realidade (Paro, 2003, p. 19-40).

O autor esclarece sobre a necessidade de entender a sociedade a qual estamos inseridos, para assim conseguir criar mecanismos e promover a participação da comunidade e demais envolvidos na educação e, ainda, que é importante perceber como e para quem são postas as condições de participação nos processos de tomadas de decisões na escola.

Corroborando com tal pensamento, Gonçalves (2023) reafirma a necessidade do entendimento da realidade e ainda afirma que:

Dessa forma, o papel da escola não se restringe a apropriação do saber acumulado, mas, por meio dele pode contribuir para a consciência de classe, de pertencimento à determinado grupo, com a identificação de necessidades e objetivos coletivos que auxiliem em uma postura política em prol da justiça social (Gonçalves, 2023, p. 28).

Para que a consciência de classe aconteça, é necessário a compreensão do sistema vivenciado na atualidade, o qual tem a forma de sociabilidade fundamentado na exploração dos trabalhadores pelos burgueses em busca da produção e do acúmulo de capital. Dessa forma, os trabalhadores se tornam alienados e,

consequentemente, impedidos de usufruírem daquilo que produzem. Como tal lógica é complexa e reflete em todos os setores da vida, é importante entender, através de algumas reflexões norteadoras, sobre o desenvolvimento do capitalismo e de como este interfere na vida material e nas relações entre as pessoas.

Ao longo da história humana, é possível perceber que homens e mulheres sempre buscaram sanar suas necessidades imediatas através da transformação da natureza. Ao discorrer sobre a infância do gênero humano² e como esta possibilitou a vida em sociedade, Engels (2019) destaca a trajetória de intervenção humana na natureza, a qual possibilitou a sobrevivência de homens e mulheres, bem como a formação da família, da propriedade privada e do Estado. Ao abordar sobre a família monogâmica, destaca que esta “é produto do sistema social e refletirá sua cultura” (Engels, 2019, p. 81). Nesse sentido, é possível inferir que, no capitalismo, as famílias expressam relações que dão sustentação ao sistema e, em sua maioria, agem conforme as exigências de um sistema pautado nas desigualdades sociais.

Por isso, em uma sociedade capitalista, a classe que detém os meios de produção oprime aquela que só dispõe da sua força de trabalho, de modo que seus interesses se tornem hegemônicos e guiam as ações em prol de sua manutenção, pois, sob essa lógica, “o que é bom para a classe dominante deve ser bom para toda a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica” (Engels, 2019, p. 219).

Na mesma esteira de pensamento, Marx (2008, p. 47) esclarece que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Isso quer dizer que, na sociedade pautada no modo de produção capitalista, as relações sociais são alicerçadas nos interesses do capital. A sobrevivência daqueles que constituem a maior parcela da sociedade, ou seja, a classe trabalhadora, subordina-se à estrutura econômica da sociedade, de modo que a

² Segundo Engels (2009), a infância do gênero humano faz parte da subdivisão dos estágios de desenvolvimento da família explicado por Morgan.

venda da força de trabalho se torna essencial para que a vida própria e dos familiares seja garantida.

A escola e a educação dos filhos da classe trabalhadora assumem papel fundamental sob os desígnios do capital, uma vez que a sistematização da educação na sociedade capitalista tem como um de seus objetivos formar as novas gerações para o mercado de trabalho, ou seja, cooperar na manutenção da ordem burguesa.

Consequentemente, a educação é ofertada de modo sistematizado para os filhos da classe trabalhadora. Ao assumir a lógica capitalista, a escola forma trabalhadores que, futuramente, venderão sua força de trabalho em troca de um salário para garantir minimamente as condições de sua sobrevivência. Flach e Caldas (2016, p. 2010) compartilham dessa ideia contextualizando que:

Nesse sentido, a educação disponível para a classe trabalhadora é permeada, senão logicamente estruturada, pelos interesses nefastos do capitalismo e a oferta e/ou garantia de educação infantil não foge a essa regra. Como os pais necessitam estarem aptos para vender sua força de trabalho, cuidar e educar seus filhos pequenos se torna tarefa cada vez mais difícil, sendo necessária a busca por instituições que exerçam esse papel. No entendimento corrente a garantia de matrícula para crianças pequenas em instituições educativas é uma grande conquista, visto que os pais ficam “livres” para vender sua força de trabalho e garantir a sobrevivência individual e coletiva enquanto seus filhos são atendidos em instituições criadas para esse fim.

Em busca das condições materiais de vida e sobrevivência, os trabalhadores não conseguem encontrar tempo para participar efetivamente da formação dos filhos e, cada vez mais, necessitam de uma instituição que assuma essa função. É por isso que a escola assume papel fundamental no capitalismo. A oferta de educação e garantia de matrícula para os filhos da classe trabalhadora possibilita que os pais tenham mais tempo e disponibilidade para vender sua força de trabalho e, consequentemente, garantam a sobrevivência familiar.

Em contraponto, as autoras Flach e Lima (2023) ressaltam a necessidade de a educação escolar superar essa lógica capitalista:

Para superar a lógica que impera sob o capital, a educação escolar precisa constituir-se em elemento de transformação social, que tenha o compromisso com a superação da sociedade de classes, quer dizer, tenha o compromisso com um novo modo de produção. Embora a escola não tenha possibilidades de realizar sozinha esse processo de transformação social, não é possível desconsiderarmos sua potencialidade em contribuir no processo. A escola, em uma perspectiva transformadora, é aquela que se desvincula dos

interesses propriamente capitalistas; em outras palavras, é uma escola desinteressada (Flach; Lima, 2023, p. 4).

Fica claro o potencial que a escola tem no processo de transformação social. Mas, para isso, a escola precisa se desvincular dos interesses que orientam a atual forma de sociabilidade. As autoras ainda trazem que a educação desinteressada não representa uma educação indiferente ou sem interesse pelo formar, ao contrário, essa educação é desinteressada pelos princípios e interesses do capitalismo.

Nesse sentido, é possível afirmarmos que a escola desvinculada dos interesses capitalistas é aquela que tem como horizonte o futuro dos homens e da sociedade, radicalmente fundado no presente; dito de outro modo, uma escola com processos organizacionais distantes daqueles que fundamentam a lógica capitalista, de forma a colaborar para a emancipação humana. Nessa perspectiva, a escola aglutina elementos importantes para a formação crítica, ética e revolucionária da comunidade escolar. Dentre os elementos que podem colaborar para a formação voltada à emancipação humana, destacam-se os processos organizacionais que viabilizam a participação e o trabalho coletivo em todos os setores da escola, sejam eles administrativo, pedagógico ou financeiro. É nesse contexto que a administração escolar supera a lógica capitalista e assume uma perspectiva social com pressupostos vinculados à gestão democrática (Flach; Lima, 2023, p. 5).

A educação desinteressada dos princípios do capitalismo trabalha com os princípios da democracia. No caso desse estudo, a Gestão Democrática, quando devidamente efetivada, pode colaborar para a emancipação dos sujeitos e contribuir para o processo de emancipação humana. Nesse sentido, a democracia vivida por meio da gestão democrática da educação colabora para a libertação da consciência alienada e contribui para a formação coletiva em torno de princípios democráticos, os quais se fortalecem a partir do processo participativo.

Tendo em vista que a Gestão Democrática percorre um longo caminho e que as legislações propõem o seu cumprimento na educação pública, os estudos voltados para essa temática trazem discussões sobre os atos gestionários indicando que sua efetivação na educação pública contribui para o avanço social por meio da democracia, a qual ultrapassa os muros escolares.

Na sequência, são apresentadas as produções que correspondem a esse princípio.

1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Considerando a Gestão Democrática como princípio da educação pública, para o presente estudo, foi realizado um levantamento da produção acadêmica a respeito da temática. O levantamento foi realizado no segundo semestre do ano de 2022 sem filtro de datas. Essa busca elucida uma lacuna entre Gestão Democrática escolar e Educação Infantil, pois muito se discute sobre a gestão escolar e Gestão Democrática escolar nas várias etapas da educação, porém, quando se trata de Gestão Democrática, especificamente, na Educação Infantil, encontram-se poucos estudos, conforme pode ser observado na presente seção.

O levantamento da produção foi realizado com descritores pesquisados com aspas, sendo eles: “Gestão Democrática na Educação Infantil” e “Gestão Democrática da Educação Infantil”. Os descritores mencionados foram utilizados para pesquisa nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Estes campos de busca foram escolhidos em razão da sua importância para a divulgação de pesquisas e suas exigências formais e acadêmicas para a publicação de trabalhos.

Diante disso, a Tabela 1, abaixo, mostra a quantidade total de trabalhos encontrados em cada descritor e suas respectivas fontes de busca:

Tabela 1 – Quantidade de trabalhos, sobre a temática pesquisada, por descritor e fonte de dados

| DESCRITOR | Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) | <i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO) | Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) | TOTAL |
|---|--|--|--------------------------------------|-------|
| “Gestão Democrática na Educação Infantil” | 5 | 3 | 8 | 16 |
| “Gestão Democrática da Educação Infantil” | 1 | 3 | 0 | 4 |
| Total Geral | | | | 20 |

Fonte: A autora (2022).

Ao analisar esse levantamento a partir de uma abordagem quantitativa, foi possível perceber que, mesmo diante de poucos trabalhos encontrados, algumas pesquisas se repetiam entre as fontes de busca. Além disso, é preciso registrar que não foi possível acessar um dos trabalhos, em razão de que sua publicação foi realizada em período anterior à Plataforma Sucupira estando disponível somente na

biblioteca física da universidade onde foi publicada. A partir disso, foi realizada uma nova seleção excluindo-se os trabalhos repetidos e sem acesso, observando os títulos das pesquisas e seus autores, resultando as seguintes quantidades, ainda separadas por fontes de pesquisas e descritores, conforme a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Quantidade de trabalhos sobre a temática pós-seleção, por descritor e fonte de dados

| DESCRITOR | Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) | Scientific Electronic Library Online (SciELO) | Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) | TOTAL |
|---|---|--|---|--------------|
| "Gestão Democrática na Educação Infantil" | 4 | 2 | 7 | 13 |
| "Gestão Democrática da Educação Infantil" | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Total Geral | | | | 15 |

Fonte: A autora (2022).

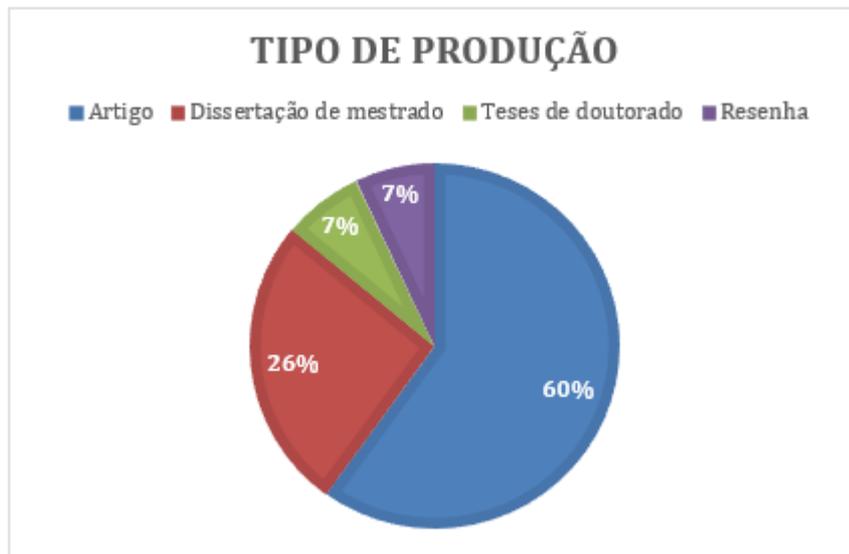
Nesse sentido, confirmou-se a escassez de produção acadêmica voltada à Gestão Democrática na Educação Infantil, ou com temáticas semelhantes, pois a Gestão Democrática se efetiva de diversas maneiras no âmbito escolar. Isso pode fazer com que pesquisadores abordem temas específicos da Gestão Democrática escolar da Educação Infantil, o que não minimiza a importância desses trabalhos, pelo contrário, são tão importantes quanto à discussão em seu tema mais amplo e complexo.

Desta forma, este trabalho trata de uma lacuna de pesquisa, que se refere à Gestão Democrática na Educação Infantil, trazendo importantes contribuições nessa temática de investigação.

Nesse momento, foi possível perceber que as pesquisas em torno da Gestão Democrática na Educação Infantil inserem-se na temática de estudos recentes, pois as produções encontradas foram entre o ano de 2005 a 2021.

No Gráfico 1 a seguir, é possível observar a classificação de acordo com o tipo de produção dos trabalhos encontrados.

Gráfico 1 – Tipos de produções encontradas durante o levantamento de pesquisas



Fonte: A autora (2022).

Percebe-se que o formato de trabalho que mais encontramos produções e que se aproximam do objeto de pesquisa, Gestão Democrática na Educação Infantil, são os artigos. Tendo como base esse levantamento apresentado, foi observado qualitativamente cada uma das 15 produções; sendo 9 artigos, 4 dissertações de mestrado, 1 tese de doutorado e 1 resenha de livro; realizando uma leitura dos títulos, resumos e considerações finais. Quando julgado necessário, foi realizada a leitura do texto na íntegra com a finalidade de encontrar pesquisas que a temática venha agregar nas reflexões quanto à Gestão Democrática na Educação Infantil.

A análise dos trabalhos que compõem o levantamento realizado foi sistematizada de modo a identificar quais as principais discussões e/ou objetivos nortearam a pesquisa, conforme expresso na Tabela 3.

Tabela 3 – Classificação e quantidade de trabalhos sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil
(continua)

| Classificação | Quantidade |
|---|------------|
| Discute/analisa a participação dos pais, responsáveis, família e professores nos processos de tomadas de decisões da escola de educação infantil. | 5 |
| Discute/analisa os Conselhos de Classe Escolares na educação infantil. | 2 |
| Discute/analisa o Projeto Político Pedagógico escolar na educação infantil. | 1 |

Tabela 3 – Classificação e quantidade de trabalhos sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil
(conclusão)

| Classificação | Quantidade |
|--|-------------------|
| Discute/analisa a prática do gestor escolar frente a democracia escolar | 2 |
| Discute/analisa a representatividade racial na função de diretora nos Centros Municipais de Educação Infantil. | 1 |
| Discute/analisa a Psicologia escolar e gestão democrática na Educação Infantil. | 1 |
| Discute/ analisa as concepções e processos de gestão na Educação Infantil. | 2 |
| Discute/analisa a gestão educacional na primeira infância como garantia dos direitos fundamentais das crianças por meio da Constituição. | 1 |

Fonte: A autora (2022).

A partir desta classificação, foi possível perceber que os trabalhos encontrados seguem o propósito da pesquisa, pois os mesmos propiciam discussões que se aproximam do objetivo buscado, que consiste em analisar as concepções sobre as práticas da Gestão Democrática da Educação Infantil de escola pública. A seguir, é apresentado a análise destes 15 trabalhos, sistematizando os seus objetivos, discussões e conclusões acerca da temática. Primeiramente, é discutido sobre nove artigos. Em seguida, as quatro dissertações de mestrado, depois uma tese de doutorado e, por fim, uma resenha.

Dando início pelos artigos, o primeiro analisado é intitulado A Representatividade Racial na Função de Diretora nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Curitiba em 2016: Um Limite para a Democracia?. Com autoria de Silva e Cruzetta (2021), foi publicado na revista Educar Revista, com objetivo de discutir a partir da análise da desigualdade racial a relação de educação e democracia diante da representatividade de diretoras e diretores de/dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Curitiba no ano de 2016.

Silva e Cruzetta (2021) analisam a pesquisa por meio de um olhar quantitativo, observando a indicação para o cargo de diretor das instituições, relacionando com as teorias sobre desigualdade social que tratam sobre a estratificação, o uso de credenciais para distinção e sobre as desigualdades sociais no mercado de trabalho. A pesquisa dos referidos autores aponta que no campo de pesquisa trabalhado tem mais autodeclarantes brancos, e que essa desigualdade social é decorrente da indicação para diretores, o que potencializa a desigualdade racial, implicando no ato democrático escolar.

O segundo artigo analisado é intitulado *Psicologia Escolar e Gestão Democrática: Atuação em Escolas Públicas de Educação Infantil*. Com autoria de Chagas e Sucupira (2013), foi publicado na revista *Psicologia Escolar e Educacional*, com objetivo de construir uma possível proposta de atuação do psicólogo escolar com a Gestão Democrática nas escolas públicas de Educação Infantil do Distrito Federal.

Chagas e Sucupira (2013, p. 8) abordam a experiência de uma das autoras como psicóloga de “Associação Pró-Educação do Plano Piloto do Distrito Federal”, e ainda tratam sobre a pesquisa de campo realizada com ex-psicólogas da mesma associação, diretores escolares e psicólogas de escola pública. Por fim, as autoras propõem uma “formação teórico-prática”, a fim de contribuir para a especificidade da Gestão Democrática por meio da atuação de um psicólogo no espaço escolar de Educação Infantil, para auxiliar nas relações humanas e cotidianas, além de propiciar a democracia escolar.

O terceiro artigo analisado é intitulado *Autoavaliação e Gestão Democrática na Instituição Escolar*. Com autoria de Silva (2010), foi publicado na revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, com objetivo de discutir a avaliação na escola básica e sua relação com as ações da gestão escolar em seu cotidiano.

Silva (2010) desenvolveu a pesquisa em quatro escolas de Educação Infantil e séries iniciais de ensino fundamental em um município de São Paulo, analisando a participação de pais e mães no processo avaliativo da escola e documentos de avaliação realizado pela própria instituição. O autor conclui que a participação dos pais nesse processo avaliativo é um dos caminhos para se promover a democracia na escola.

O quarto artigo analisado é intitulado *Gestão Democrática na Educação Infantil: uma Análise da RBPAE (Revista Brasileira de Política e Administração da Educação) no Período de 2000 a 2012*. Com autoria de Silveira e Araújo (2015), foi publicado na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e tem como objetivo analisar as concepções de gestão na Educação Infantil, inclusive a democrática, tendo por referência os artigos produzidos na RBPAE no período de 2000 a 2012.

Silveira e Araújo (2015, p. 15) afirmam que a partir da pesquisa realizada nota-se que a gestão na Educação Infantil “é um tema pouco explorado no Brasil, necessitando de mais estudos que possibilitem compreender sua importância na construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada”, e ainda

consideram que “a gestão na Educação Infantil possui centralidade inquestionável na busca de melhoria da qualidade dessa etapa da Educação Básica”.

O quinto artigo analisado é intitulado Gestão Democrática na Educação Infantil. Com autoria de Nascimento e Cavalcante (2017), foi publicado na Revista Política e Gestão Educacional, tendo como objetivo analisar o processo da implementação inicial da Gestão Democrática na Educação Infantil.

Por meio de um estudo de caso, as autoras enfatizam que esse processo é decorrente a diversos instrumentos legais, e que esse tipo de gestão se caracteriza pela efetiva participação de todos os envolvidos no processo educacional, mostrando que essa etapa da educação vem passando por diversas transformações nas últimas décadas.

Nascimento e Cavalcante (2017, p. 21) concluem nesta pesquisa que: “É preciso uma gestão nas escolas de forma democrática, com qualidade, para que se faça cumprir os direitos das crianças se desenvolverem de forma integral em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social”.

O sexto artigo analisado é intitulado Gestão Democrática na Educação Infantil: Desafios dos Conselhos Escolares. Com autoria de Cordeiro e Nascimento (2019), foi publicado na Revista Contemporânea de Educação, com temática referente à democratização da escola de Educação Infantil a partir do conselho escolar (CE).

Cordeiro e Nascimento (2019) discutem a Gestão Democrática, a política, o poder e o ciclo de políticas, com o objetivo de analisar os dados coletados por meio de entrevistas e de atas de reuniões de um conselho escolar. As autoras concluem que a prática do conselho escolar é recente e que mesmo com a Gestão Democrática viabilizando a busca da descentralização de poder, existe a hierarquia dentro da secretaria de educação para com o CE e a falta de formação dos conselheiros, resultando em uma atuação de menos impacto.

O sétimo artigo analisado é intitulado Desafios da Gestão na Educação Infantil: Entre Concepções e Práticas de Gestora. Com autoria de Borges e Pandini-Simiano (2019), foi publicado na revista Educação Unisinos, com objetivo de analisar as concepções e práticas gestora por meio da narrativa nas instituições de Educação Infantil.

Borges e Pandini-Simiano (2019) desenvolveram a pesquisa em duas creches públicas no sul do estado de Santa Catarina. Por meio de coletas de dados, as mesmas dialogam com uma base teórica, o que leva as autoras a concluírem que o

papel do gestor vai além de compromissos burocráticos, ou seja, que este deve estar envolvido com toda a comunidade escolar e atentar para a participação de todos, inclusive das crianças.

Em contrapartida, as autoras afirmam que, mesmo diante dos avanços legais, a participação de professores, famílias e crianças acontecem de “forma marginalizada”, fazendo com que essas “con(tra)dições de participação revelam a precariedade da experiência democrática nesses espaços e, sobretudo, a pouca visibilidade dessa discussão no trabalho de gestor na Educação Infantil” (Borges; Pandini-Simiano, 2019. p. 13).

O oitavo artigo analisado é intitulado Educação da Infância: o Lugar da Participação da Família na Instituição Educativa. Escrito por Alves (2016), foi publicado na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação e discute sobre a participação da família como dimensão da Gestão Democrática na Educação Infantil.

A pesquisa analisa a Educação Infantil como política pública e aborda as contradições existentes para a participação da família no âmbito escolar. Alves (2016, p.14) evidencia a importância de “compreender dialeticamente as mediações e contradições da participação e da gestão democrática na Educação Infantil, reconhecendo os condicionamentos materiais e simbólicos desses processos”, e, ainda conclui que a Educação Infantil “se fez e faz na luta contra a opressão”, o que fortalece o espaço como agente democrático da sociedade.

O nono artigo analisado é intitulado Educação Infantil e Gestão Democrática: Desafios do Cotidiano para a Garantia dos Direitos das Crianças. Com autoria de Monção (2019), foi publicado na Revista Comunicação e apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado, a qual tem como objetivo problematizar a Gestão Democrática na Educação Infantil a partir de observação do cotidiano em uma creche paulista, aliado à pesquisa semiestruturada e análise documental.

Monção (2019) afirma que existe a necessidade de considerar o cotidiano escolar como instrumento de reflexão e implementação de ações democráticas nas instituições de Educação Infantil, escutando as crianças e os profissionais que atuam na primeira infância. A autora ainda ressalta que “A equipe de gestão precisa empreender esforços para constituir um trabalho coletivo que prime por relações democráticas, ultrapassando a mera troca de informações e conhecimentos” (Monção, 2019, p. 20).

Na sequência, têm-se as dissertações de mestrado analisadas, a primeira é intitulada *Gestão Democrática na Educação Infantil: a Eleição para Diretor de Creche*. De autoria de Hasckel (2005), foi publicada na Universidade Estadual de Santa Catarina (UFSC) e teve como objetivo compreender as eleições diretas para diretor de creche como um dos mecanismos da democratização da gestão na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Hasckel (2005) contextualiza, por meio de uma revisão bibliográfica, a educação pública brasileira, as políticas assistencialistas voltadas para a infância e alguns movimentos sociais que fazem parte do processo de democratização na Educação Infantil no Brasil, inclusive no município de Florianópolis. A autora traz reflexões acerca da educação, infância, Gestão Democrática, eleições para diretores e a relação entre creches e famílias nos processos gestionários da instituição que atende a Educação Infantil.

Segundo Hasckel (2005, p. 16), “discutir a gestão democrática na Educação Infantil só faz sentido se inserida na discussão de um projeto de sociedade, de educação, de criança, de infância e de instituição educativa”. E, ainda defende que as eleições para diretor de escola ou creche podem ser compreendidas como aspectos democráticos na Educação Infantil, além de ser “um direito social importante para o trabalho nas instituições educativas, porque garante aos envolvidos a igualdade de oportunidades de acesso ao cargo de dirigente da escola ou creche” (Hasckel, 2005, p. 20).

A partir de um estudo de caso etnográfico, a autora percebe que as eleições para diretores se constituem como um importante mecanismo de participação política, e que a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis avançou em relação à Gestão Democrática na Educação Infantil, porém ainda existem vários obstáculos a serem superados. Dentre eles, ressalta-se a importância da participação da família, professores e demais membros escolares nos processos para a construção de um projeto político e pedagógico; apontando os equívocos existentes quanto à concepção de democracia escolar e à falta de incentivo por parte da Secretaria Municipal para que a participação seja efetivada.

A segunda dissertação de mestrado analisada é intitulada *Gestão Democrática na Educação Infantil: qual o Lugar dos Conselhos Escolares?* Com autoria de Martins (2015), foi publicada na Universidade La Salle, com o objetivo de

compreender como ocorre o processo de participação dos conselhos escolares na Gestão Democrática nas EMEIs no município de Canoas.

A autora realizou um estudo de caso em 31 EMEIs no município de Canoas. E por meio de uma pesquisa quali quanti quanto à efetivação dos Conselhos Escolares (CEs), contextualiza a temática por meio dos estudos bibliográficos, análise documental e os questionários trabalhados nos CEs, e, ainda traz um embasamento teórico referente à implantação democrática que privilegia a descentralização das decisões na escola pública, tratando sobre a base legal quanto à formação e às ações dos CEs. Martins (2015) conclui, a partir de sua pesquisa, que ainda que a configuração participativa dos Conselhos Escolares seja recente, existe uma decorrência positiva. Isso nos auxilia a entender que diante da recente implementação dos CEs, no município de Canoas, o processo educativo dentro do CE é essencial para a democratização no interior da escola pública.

A terceira dissertação de mestrado analisada é intitulada O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Democrática na Educação Infantil: Uma Proposta de Construção Dialógica na Rede Municipal de Ensino de Toropi-RS. Com autoria de Franzen (2018), foi publicada na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, com o objetivo de promover um processo de discussão para a proposição/elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Toropi. E como forma de produto final, já que o referido trabalho é decorrente de um mestrado profissional, foi elaborado coletivamente um documento orientador de como construir esse PPP.

Franzen (2018) aborda questões sobre a educação no Brasil, as legislações que a cercam, as políticas públicas, a gestão nesse âmbito educacional e a importância do PPP para garantir o direito à infância nas instituições de ensino que atendem a Educação Infantil. A autora realiza um estudo de caso aliado a uma metodologia qualitativa, realizando a análise por meio de pesquisa documental, bibliográfica, análise documental e discussões realizadas com os professores e gestores atuantes na Educação Infantil.

Diante da pesquisa realizada, a autora considera que os/as gestores/as escolares têm dificuldade de trabalhar com a autonomia dada a eles/elas, limitando as tarefas burocráticas e cotidianas de sua posição.

A quarta dissertação de mestrado analisada é intitulada Gestão Democrática da Educação Infantil: Desafios, Fragilidades e Possibilidades. Com autoria de Fritsche

(2019), foi publicada na Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, com o objetivo de compreender os desafios, fragilidades e possibilidades da Gestão Democrática da Educação Infantil a partir das ações gestonárias da diretora eleita.

As reflexões desenvolvidas pela autora têm como base empírica a análise dos dados, os quais foram coletados a partir de questionários *on-line* respondidos por oito gestores eleitos em unidades de Educação Infantil na Rede Municipal de Florianópolis, Santa Catarina. A partir do referencial teórico e da análise dos dados coletados, a autora evidencia a importância da ampliação do espaço de discussão sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil, tendo essa como oportunidade de participação dos adultos e das crianças quanto às tomadas de decisões do espaço escolar.

Fritsche (2019) aponta que, mesmo diante das dificuldades e da burocratização, a Gestão Democrática vem ganhando espaço na Educação Infantil, um exemplo disso é a eleição de diretores. A autora ainda afirma que as conquistas alcançadas até aqui devem ser conservadas. Em contrapartida, isso não significa o suficiente a ser desenvolvido na Educação Infantil, um exemplo de eleição da autora é um “conselho da gestão”, o que auxiliaria nas relações no âmbito da Educação Infantil.

A autora ainda conclui que “a criança não é considerada como um dos atores da comunidade educativa pelas diretoras, mas é tratada junto ao bloco da família” (Fritsche, 2019, p. 130), esse fato é decorrente da dedicação que a gestora precisa ter e do tempo que isso demanda. Diante disso, a autora ressalta que o espaço educativo é um espaço em que a prática de participação deve ser evidenciada por meio da democracia. Participação essa que “se constitui cotidianamente com o diálogo entre os diferentes atores da comunidade educativa, crianças e adultos” (Fritsche, 2019, p. 130- 131).

Quanto à tese de doutorado analisada, a mesma é intitulada Gestão Democrática na Educação Infantil: o Compartilhamento da Educação da Criança Pequena. Com autoria de Monção (2013), foi publicada na Universidade de São Paulo-USP, com o objetivo de estudar em que medida pode efetivar-se, nas instituições de Educação Infantil, uma Gestão Democrática que possibilite o compartilhamento da educação e do cuidado da criança pequena entre educadores e famílias.

A partir de uma pesquisa de campo com cunho etnográfico, a autora discute qualitativamente a identificação de especificidades da administração educacional nas

instituições pública que atendem a Educação Infantil em São Paulo, tendo como amostra de seu estudo um Centro de Educação Infantil (CEI). Por meio de procedimentos metodológicos, durante a pesquisa, a autora trabalhou sobre três eixos importantes, sendo eles: a relação entre professora e criança, relação entre professores e equipe gestora e a relação entre educadores e famílias.

Monção (2013) afirma que a implantação da Gestão Democrática na Educação Infantil “é complexa e requer muito estudo, para não atribuir a esse modelo de gestão um caráter reducionista que se desvincule das relações presentes na sociedade capitalista” (Monção, 2013, p. 240). Além disso, a autora aponta que as relações entre os eixos trabalhados se apresentam conflituosas, resultando em uma disputa por poder e a falta de um plano coletivo objetivado em um projeto político e pedagógico voltado para o “conhecer o mundo” das crianças. Nesse sentido, a autora percebeu a baixa participação dos pais, o que a mesma apresenta como extremamente necessário para dentro das instituições que atendem a Educação Infantil, já que as crianças demandam da atuação do adulto para seu processo de aprendizagem (Monção, 2013).

Na resenha analisada, a autora Vercelli (2021) intitula seu trabalho de Resenha Gestão na Educação Infantil: Cenários do Cotidiano, de Maria Aparecida Guedes Monção São Paulo: Loyola, 2021, 278 p, a qual foi publicada, em 2021, na EccoS-Revista Científica. Este estudo refere-se à resenha de um livro, o qual é resultado do doutorado de Maria Aparecida Guedes, em que se busca compreender em que medida é possível efetivar uma Gestão Democrática que possibilite a relação de cuidar e educar entre professores e famílias.

Refletindo sobre os trabalhos apresentados e relacionando-os à Gestão Democrática na Educação Infantil, objeto de estudo desta pesquisa, percebe-se que a Gestão Democrática esta norteadada por um contexto amplo e complexo, principalmente quando se refere à perspectiva de gestão no âmbito educacional infantil.

É notável, diante dos estudos já realizados, que a Gestão Democrática não é feita de uma única ação e sim de um conjunto de ações gestionárias que abrangem a participação das crianças, dos pais, responsáveis e famílias no processo decisório da escola; da atuação dos conselhos escolares; da construção do projeto político e pedagógico; das práticas e concepções do gestor escolar; da representatividade racial na função de diretores escolares; da psicologia escolar, entre outras questões. Tendo

isso como premissa, tais produções nos fazem pensar no objeto da presente pesquisa, como um importante princípio da educação pública, o qual está permeado por um conjunto de ações importantes para desenvolver uma Gestão Democrática na Educação Infantil, dentro dos seus limites e possibilidades.

1.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Levando em consideração que a Educação Infantil foi criada devido à inserção das mulheres no mercado de trabalho após a Revolução Industrial, – as quais precisavam de alguém que cuidasse dos seus filhos, enquanto as mesmas vendiam sua força de trabalho em troca de salário –, evidencia-se que esta é pensada, desde seu surgimento, para a manutenção da classe burguesa. A lógica para a reivindicação e oferta de educação para crianças em idade não escolar foi pautada na necessidade de inserção das mulheres no processo produtivo, ou seja, ao serem criados espaços para que seus filhos pequenos fossem cuidados, tais mulheres poderiam se tornar mão de obra de baixo custo, colaborando assim para o fortalecimento da sociedade em ascensão.

Prova disso, é que a Educação Infantil tinha um caráter assistencialista e só no decorrer dos anos, com a crescente demanda pela educação das crianças, é que a mesma foi reconhecida como um direito de espaço, de aprendizado e desenvolvimento integral. No Brasil, isso só foi reconhecido após a reabertura política, quando a Educação Infantil foi reconhecida como primeira etapa da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Mesmo sendo reconhecida como primeira etapa da educação básica e direito de todas as crianças e não só filhos de mães trabalhadoras, a oferta da Educação Infantil ainda é pensada a partir da necessidade da mão de obra feminina no mundo do trabalho. Percebe-se que a exigência de escola no capitalismo aprofundou as desigualdades educacionais, a qual se naturalizou em dois tipos de educação: a educação para os filhos da burguesia e a educação para os filhos da classe trabalhadora.

A educação voltada para a classe dominante baseia-se na formação de dirigentes, “enquanto aos filhos da classe trabalhadora, uma formação para a exploração da força de trabalho e para o trabalho assalariado” (Flach; Schlesener,

2018, p. 783). Diante de tal fato, é perceptível que há um limite ou desafio para a Gestão Democrática acontecer nas escolas públicas de Educação Infantil. É que a escola também está inserida nos interesses do capital e isso faz com que a participação dos pais e responsáveis seja limitada, tanto pela escola quanto pelo setor de produção, pois o capitalista precisa da mão de obra do trabalhador no máximo de tempo possível, não autorizando a licença desse trabalhador, mesmo que, por pouco tempo, para a participação nos processos de tomadas de decisões, momentos de discussões nas escolas e acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

A educação para os filhos da classe trabalhadora não é baseada para a formação de pessoas com consciência de classe, para que se reconheçam como sujeitos históricos e sociais, que têm a mesma capacidade de aprendizagem e desenvolvimento do que os filhos da classe dominante; tão pouco os pais dessas crianças, ou seja, os trabalhadores serão instigados a compreender e participar do processo democrático social e escolar, pois, dessa maneira, teriam a possibilidade de conhecimento da posição que o capitalista os colocou no sistema atual, e, assim, lutariam pela igualdade de condições para acessar direitos.

As autoras Flach e Sakata (2016, p. 554) destacam que:

A participação nos limites da sociedade capitalista é, portanto, um processo no qual a classe trabalhadora tem oportunidade de contribuir na formação de planos coletivos, objetivando a intervenção na realidade social e histórica. Assim, não se pode confundir o mero ativismo imediatista com participação, pois esta implica uma consciência radical sobre a necessidade de transformação das condições materiais da vida em sociedade, enquanto a outra expressa superficialidade de ações, contribuindo para o fortalecimento do pensamento hegemônico dominante.

Tal como propõem as autoras, por meio da participação das famílias na gestão escolar a classe trabalhadora tem a possibilidade de lutar pelos interesses coletivos, interferindo, assim, na realidade social.

Quanto maior for a parceria entre escola e família, maiores serão os resultados obtidos com o desenvolvimento integral dos educandos, uma vez que estas instituições são a base de sustentação e apoio na formação das crianças, estabelecer uma parceria entre a família e a escola é fundamental para que isso ocorra. Sendo assim, é preciso incentivar e propor meios para a participação dos familiares no dia a dia da escola, a fim de contribuir para que o estudante tenha maior envolvimento no processo pedagógico escolar por intermédio de um incentivo positivo.

Gonçalves (2023, p. 80) evidencia que:

As questões de participação da comunidade nas escolas estão, ainda, muito distantes do que se acredita ser uma gestão efetivamente democrática. Acreditamos que a comunidade deveria caminhar junto com a escola, e não somente nos momentos de acompanhamento pedagógico dos alunos. A abertura, as oportunidades de participação são escassas, e os pais somente são chamados à instituição quando há necessidade de acompanhamento financeiro ou em eventos que demandem um número maior de pessoas para auxiliar.

A autora aborda a necessidade de se avançar, no que se refere à participação de pais, mães e responsáveis no âmbito escolar, inclusive porque essa participação não se restringe somente a acompanhamento pedagógico e financeiro, vai além disso, é um caminhar junto, é conhecer a escola, seus processos, participar de momento de tomadas de decisões, participar de conversas sobre as fragilidades e melhorias da escola.

Um mecanismo que atende a essa vertente são os Conselhos Escolares, inicialmente prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n. 9.394/96, em seu art. 14, inciso II, posteriormente alterado pela Lei n. 14.644/23, a qual dispõe que os sistemas de ensino definem as normativas sobre a gestão democrática no ensino público da educação básica de acordo com suas particularidades e os princípios de “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Segundo Mello e Alves (2019, p.19):

os Conselhos Escolares surgem como órgãos normativos, consultivos e deliberativos, com o objetivo de promover a participação e o diálogo entre os componentes da comunidade escolar. Constituem-se em espaços políticos de aprendizagens e de socialização de poder, buscando uma relação entre aprender, ouvir, refletir e discutir assuntos administrativos, pedagógicos e financeiros.

O Conselho Escolar, surgido no Brasil, nos anos de 1980, como uma necessidade para promover a Gestão Democrática na escola pública, vem para fomentar e ampliar a participação da comunidade, da família, dos alunos, dos professores e funcionários da instituição. A partir dessa representatividade, os sujeitos contribuem para a organização e ampliação de recursos da instituição, organização de planos e projetos escolares, acompanhamento do trabalho desenvolvido na instituição, incentivo e abertura de espaços de participação dentro da escola.

Alves (2015, p. 57) contribui nessa discussão, ao afirmar que:

A efetivação dos Conselhos Escolares possibilita uma maior capacidade de fiscalização e controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional, uma maior transparência e a garantia de decisões efetivamente coletivas, em que todos os segmentos da comunidade escolar possam expressar suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e a busca de soluções.

Corroborando com o que discute a autora, no art. 205, a Constituição Federal de 1988 determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Percebe-se que os Conselhos Escolares possibilitam que os indivíduos exerçam sua cidadania por meio de participação coletiva dentro da escola, a qual visa contemplar a educação como direito de todos a partir de uma Gestão Democrática; bem como possibilita que os sujeitos expressem seus anseios e lutem por seus direitos dentro da sociedade e promovam a autonomia da escola por intermédio de discussões coletivas voltadas para atender as particularidades das instituições.

No entanto, a mesma lei, que aborda o “pleno desenvolvimento da pessoa” e o “preparo para o exercício da cidadania”, traz que a educação também deve atender a “qualificação para o trabalho”. Levando em consideração que a escola pública abarca grande parte da classe trabalhadora, as crianças que estão na escola recebem, de forma explícita ou não, essa qualificação para o trabalho. Ao passo que, enquanto os filhos estão na escola, os trabalhadores vendem sua força de trabalho em troca de salário para a sobrevivência da sua família.

A lógica que rege a exploração do trabalhador na sociedade capitalista limita a participação dos pais no Conselho Escolar, uma vez que, para exercer sua função no processo democrático, faz-se necessário estar presente na instituição, participar do momento da escolha dos conselheiros, promover e participar de momentos de conversas e discussões, além de estar presente nos momentos burocráticos que se referem a processos financeiros e até eventos da instituição.

Além da participação da família ser um dos eixos fundantes da Gestão Democrática da escola, sua efetivação contribui para uma educação de qualidade.

Para maior compreensão sobre ensino de qualidade, torna-se imprescindível compreender que há diferentes concepções de qualidade da educação que se mostram em luta no campo da educação, dentre as quais se destacam uma visão mercadológica e uma visão social de qualidade.

A perspectiva mercadológica da educação está pautada em “saber fazer” para atender as necessidades do mercado, ou seja, atender as expectativas e interesses do capital por meio de uma visão gerencialista transplantada do modelo empresarial, em que o “custo total da qualidade seria o resultado da soma dos custos da eficiência e dos prejuízos da ineficiência” (Flach, 2012, p. 8).

No entanto, para além do viés mercadológico que interfere na compreensão da qualidade da educação, é preciso inferir que outra interpretação é possível, constituindo-se em mote de luta para aqueles que defendem uma educação emancipadora.

Outra concepção, todavia, se contrapõe a essa e foi divulgada, principalmente por governos de oposição ao governo central, fundamentando-se em direitos sociais de cidadania, e na qual a qualidade educacional buscada deve superar o modelo empresarial e se voltar para os interesses da maioria, representada pela classe trabalhadora. Essa outra concepção foi denominada de qualidade social da educação (Flach, 2012, p. 8).

A qualidade de educação que visa superar o viés mercadológico da escola e atender aos interesses da maioria da rede pública tem como principal concepção que: “A educação é entendida como instrumento de transformação social por meio da construção da emancipação dos indivíduos, os quais devem tornar-se sujeitos ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo” (Flach, 2012, p. 8).

Essa concepção de qualidade da educação teve sua vertente dentro dos movimentos populares, os quais ganharam espaço expandindo-se para a escola pública:

A qualidade social em educação evidenciou-se mais fortemente como objetivo central no Projeto Político dos governos de esquerda, demonstrando preocupação com a introdução de uma educação de qualidade social para todos. Nessa concepção alguns eixos demonstram-se como estruturantes: educação de qualidade social como direito de cidadania, gestão democrática com participação popular, valorização dos trabalhadores da educação, financiamento em regime de colaboração e integração entre as políticas e outros entes jurídicos e sociais (Flach, 2012, p. 9).

Diante do exposto, é possível perceber a importância de levar em consideração a totalidade das relações existentes no contexto escolar, uma vez que os aspectos sociais interferem diretamente no âmbito educacional.

Flach (2012) também aponta que a participação popular na gestão é um indicador de qualidade social da educação:

Como a qualidade social se efetiva pela prática da democracia, a gestão educacional precisa ser democrática, possibilitando a participação real da população nas decisões sobre os assuntos da educação, seja por meio de conselhos escolares atuantes, eleições democráticas para dirigentes escolares, ou até mecanismos de controle social (Flach, 2012, p. 10).

A autora ainda ressalta que a participação deve ser possibilitada a todos os envolvidos, e não apenas para uma pequena parcela da população, a qual não represente a maioria: “A participação é, portanto, um processo por meio do qual as diversas camadas sociais têm oportunidade de contribuir na formação de planos coletivos, objetivando a intervenção na realidade social e histórica” (Flach, 2012, p.18).

Nessa mesma esteira de pensamento, a participação dos professores e profissionais da educação também se faz necessária para que a Gestão Democrática se efetive no interior de uma escola. Vale ressaltar que a participação de professores e demais profissionais envolvidos com a educação é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDBEN n. 9.394/96, em seu art. 14, inciso primeiro, no que se refere à participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP. Uma vez que estes estão diretamente envolvidos no cotidiano e na realidade escolar e que “a democratização da gestão começa no interior da escola, onde as decisões são tomadas através de discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo pedagógico” (Franzen, 2018, p. 77). Portanto, os professores são fundamentais no processo de democratização e de atos gestionários que visem a democracia escolar, principalmente quando se refere à Educação Infantil, uma etapa na qual os alunos são crianças e dependem do auxílio e posicionamento docente para os representarem na escola.

A participação docente e demais profissionais da educação nos atos gestionários de uma instituição educacional da rede pública é uma possibilidade que a Gestão Democrática apresenta, em contrapartida, é importante refletir que não basta

a participação constar na lei, é necessário existir mecanismos e momentos de participação.

Nesse sentido, a proposta pedagógica ou Projeto Político Pedagógico define a identidade da Escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. É um documento legal e político, onde a escola deve articular-se para a construção do mesmo, através da gestão democrática, envolvendo gestores, professores, funcionários, alunos e pais. Detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico reúne em um só lugar os objetivos da escola e os meios que ela pretende utilizar para alcançá-los, devendo ser um documento vivo, com informações atualizadas e de conhecimento de todos, pois assim dará a base para as decisões e as diretrizes para as atividades que serão realizadas ao longo de todo ano. Assim, é na ação pedagógica da escola que se torna possível a efetivação de práticas sociais, como na formação de um sujeito social crítico, solidário, compromissado, criativo e participativo (Franzen, 2018, p. 78).

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é um dos caminhos de participação docente e demais profissionais da educação, pois este não é um documento construído e arquivado, pelo contrário, é construído por meio de participação dialógica entre todos os envolvidos com a educação e a escola. Este documento deve nortear todas as ações e permanecer ativo durante todo o ano letivo, servindo como embasamento para as ações desenvolvidas na instituição.

Percebe-se que a Gestão Democrática dentro da escola, no âmbito da Educação Infantil, possibilita e se faz presente em diversos momentos por meio da participação ativa dos envolvidos no processo de educação, a qual, segundo Libâneo (2004), possibilita o envolvimento de todos os profissionais no processo de tomada de decisão e em toda organização da escola, além de proporcionar uma aproximação entre os professores, alunos e pais por intermédio das relações da escola e comunidade.

Peroni (2012, p. 26) afirma que:

A gestão democrática é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a construção do projeto político-pedagógico, a participação em conselhos, a eleição para diretores, a autonomia financeira, são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar, quanto para a comunidade em geral, porque a participação, depois de muitos e muitos anos de ditadura, é um longo processo de construção.

A autora nos incita a refletir que a Gestão Democrática vai muito além de atos isolados dentro da instituição, ela possibilita a construção de democratização da sociedade brasileira, uma vez que o processo de aprendizagem de participação escolar reflete em sociedade.

E, ao refletirmos sobre os limites e possibilidades que a Gestão Democrática apresenta na Educação Infantil, é perceptível que a participação sempre se destaca para subsidiar as discussões. Esse processo pode ser considerado como central na vivência da democracia, tanto dentro quanto fora da escola.

O Centro de Educação Infantil que é pautado nos atos gestionários democráticos possibilita que as crianças, sujeitos para qual a Educação Infantil é pensada, participem dos processos decisórios da instituição.

A criança é entendida como um cidadão competente, um especialista em sua própria vida, tendo opiniões que são dignas de serem ouvidas e tendo o direito e competência para participar da tomada de decisões coletiva. É importante reconhecer, também, que crianças (e adultos) têm uma centena de linguagens para se expressarem, e prática democrática significa ser capaz de “ouvir” essas linguagens (Moss, 2009, p. 426).

Moss (2009) elucida que a prática democrática abre espaço de participação para as crianças nos processos decisórios da instituição e, ainda, que é importante saber ouvir e interpretar as diversas linguagens pelas quais elas podem expressar suas ideias, desejos e opiniões.

Em contrapartida, é preciso considerar que, da maneira como a Gestão Democrática está posta, há limites para que a participação das crianças aconteça, visto que a educação e os sujeitos envolvidos são parte da engrenagem capitalista, a qual não tem como finalidade atingir à emancipação humana.

Nesse sentido, para melhor compreendermos nosso objeto de pesquisa, o qual refere-se à Gestão Democrática na Educação Infantil, será discutido, a seguir, o contexto da Educação Infantil entre seus fundamentos orientadores da pesquisa e a realidade investigada.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ-PR: ENTRE OS FUNDAMENTOS ORIENTADORES DA PESQUISA E A REALIDADE INVESTIGADA

Para a efetivação desta pesquisa, primeiramente fez-se necessário a compreensão de como a Educação Infantil se constituiu no município de Carambeí-PR e como ela está organizada nos dias atuais, para então depois aproximar-nos do nosso objeto de pesquisa, a Gestão Democrática na Educação Infantil.

Este capítulo busca responder ao objetivo específico de identificar práticas e ações que indiquem a intenção de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR. Para isso, iniciamos apresentando o referencial teórico que esta pesquisa está embasada, o Materialismo Histórico e Dialético. Este fundamento teórico oferece suporte necessário para a reflexão do nosso objeto de pesquisa em seu movimento histórico e o reflexo das contradições do capitalismo que acontecem nele.

Em seguida, é discutido a dimensão ética da pesquisa no contexto educacional. Uma vez que este estudo abarca entrevistas com os envolvidos no processo de gestão escolar nos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Carambeí-PR. E, para finalizar, é apresentado a Educação Infantil e sua organização referente à cidade em questão sob o enfoque da entrevista realizada com a secretária de educação e cultura.

2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO COMO MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho está pautado no Materialismo Histórico Dialético (MHD) como método de pesquisa, pensado por Marx e Engels, o qual tem um enfoque teórico e metodológico que visa conhecer a realidade a partir da história, das sociedades humanas e suas relações.

O termo “materialismo” diz respeito à condição material da existência do homem; o termo “histórico” faz referência à existência do homem e sua vivência historicamente, e o termo dialético é o ato da contradição produzida durante a história (Marx, 2002).

Netto (2011, p. 52) nos ajuda a compreender o Materialismo Histórico Dialético a partir do olhar do próprio Marx:

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para “enquadrar” o seu objeto de investigação.

O referencial teórico deste trabalho busca conhecer a realidade do objeto de pesquisa e, por meio dela, realizar as análises e reflexões necessárias. Por isso, a perspectiva epistemológica marxiana vem ao encontro do objeto de estudo, a Gestão Democrática na Educação Infantil, visto que a investigação busca analisar as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR, a partir da realidade escolar vivenciada por sujeitos envolvidos no âmbito desta etapa da educação.

“O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Quando o pesquisador é fiel a seu objeto de pesquisa e tem a perspectiva marxiana, ele busca conhecer seu objeto inserido na realidade histórica, de forma a desvelar as múltiplas determinações que se fazem presentes.

Marx defendia que o agente impulsor da história é a luta de classes, isso por que o proletariado é a classe que produz toda a riqueza material e mesmo assim é a classe privada de todos os direitos e de toda riqueza produzida e, portanto, sujeito histórico capaz de acabar com a exploração que sofre sob a estrutura da sociedade capitalista. Marx estudou como a sociedade estava organizada e percebeu que o foco da estrutura social era baseado na propriedade privada e na exploração da classe trabalhadora. Portanto, tudo nessa sociedade se baseia nesses dois elementos, inclusive a ciência que é produzida em benefício da burguesia.

Marx e Engels (1980) nos fazem refletir historicamente acerca de todo o processo dinâmico e material, em que os homens são agentes ativos na construção da história, na qual sua principal ação é a produção material da vida social. Por isso, a importância de conhecer a história de vida e os meios de produção do homem para compreender a realidade.

A vida social requer recursos materiais para sobreviver, ou seja, os homens precisam de comida, roupas, moradia e transporte. Nesse sentido, através da transformação da natureza, o homem produz indiretamente sua própria vida material,

garantindo a produção de recursos que sustentam sua existência (Marx; Engels, 1980).

Marx (2008) aponta que, após as necessidades serem cumpridas, o homem é induzido a ter novas necessidades, configurando-se assim em um “ato histórico”. Diante disso, tanto a produção da própria vida quanto da vida de outros homens, pelo trabalho, emerge “de um lado, como relação natural, de outro, como relação social – social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade” (Marx; Engels, 1980, p. 35).

Por meio do trabalho, o homem estabelece intermediações entre a sociedade e o meio natural em prol de satisfazer suas necessidades, ou seja, os homens são responsáveis pela produção de sua própria existência, seja pela intervenção direta na natureza ou pela produção de bens necessários para a manutenção da vida em sociedade. Essa dinâmica se materializa por intermédio das relações que os homens estabelecem entre eles mesmos, perpassando pela apropriação de recursos, podendo satisfazer as necessidades e ultrapassar limites. Marx e Engels (1980, p. 20) afirmam que “os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam diversas e diferentes formas de propriedade, ou seja, cada novo estágio na divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os homens no que diz respeito à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho”.

Ao refletir sobre a historicidade da sociedade, a propriedade tribal, a propriedade comunal, a sociedade feudal e a propriedade fundiária, os autores apontam que os homens que estabelecem as relações sociais e políticas são determinados a desenvolverem suas atividades produtivas, pois é “necessário que em cada caso particular, a observação empírica demonstre nos fatos e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura social e política e a produção” (Marx; Engels, 1980, p. 24).

Marx e Engels (1980) tratam a estrutura social e a estrutura política como resultantes do trabalho de homens que são determinados, isso não significa que os homens produzem o que querem e como desejam, mas sim que trabalham e produzem materialmente, indiferente de seus propósitos. Os autores ainda corroboram que “a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade e ao intercâmbio material dos homens”, constituem a linguagem da vida real e emergem como “emanação direta de seu comportamento material; o mesmo acontece com a produção intelectual quando

se apresenta na linguagem da lei, política, moral, religião, metafísica de um povo” (Marx; Engels, 1980, p. 25).

Conhecendo o quanto a consciência e a linguagem exprimem as relações dos homens entre o mundo natural e o mundo social, percebe-se “a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o circundam, constituindo o início da consciência de que os homens vivem em sociedade”, que se desenvolvem e evoluem em decorrência “do crescimento da produtividade e aumento da população, sendo este último a base dos dois primeiros”, expressando a divisão do trabalho (Marx, 1980, p. 36).

Ivo Tonet (2016, p. 15) aponta que a ontologia é o estudo do ser, ou seja, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer ser existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser – natural ou social. Marx e Engels (1980) dão preferência, em um primeiro momento, para o que realmente existe e que ontologicamente antecede a consciência, todavia isso não diminui a importância nem aponta para a existência de um determinismo.

Marx e Engels (1980) nos ajudam a refletir que as análises e interpretações devem partir do concreto para o abstrato, da realidade concreta dos homens para a consciência, pois é a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo de vida.

Seguindo esse raciocínio, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, o que valida a precedência do material sob o imaterial, levando em consideração a ideia de Marx de que a concepção do homem é do concreto, o mesmo tem necessidades básicas e imediatas. Portanto, não devemos “julgar um indivíduo pela ideia que faz de si próprio, do mesmo modo que não devemos julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si”, devemos buscar compreender tal consciência por meio “das contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx, 2008, p. 47-48).

Os homens têm sua consciência alterada sobre sua própria espécie por meio da alienação, na medida em que a vida se torna um meio de produção de capital. Marx (2001, p. 117) ressalta que “o trabalho alienado tira do homem o elemento de sua produção, rouba-lhe a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico e

transforma em desvantagem a sua vantagem sobre as espécies animais, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico”. Ainda, de acordo com o mesmo autor, a propriedade privada dos meios de produção está implícita na “análise do conceito de trabalho alienado, ou melhor, do homem alienado, da vida alienada, do homem estranho a si próprio” (Marx, 2001, p. 117).

Marx e Engels (1980, p. 56), ao se debruçarem em observar a divisão do trabalho, afirmam que é isso que produz a classe dominada e a classe dominante. Os homens que fazem parte da classe dominante, por sua condição hegemônica, têm “consciência e é por isso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que dominam também como pensadores, como produtores de ideias”, assim como têm o controle sobre a produção e disseminação de ideias no tempo histórico que vivem para que possam ser, “portanto, as ideias dominantes da sua época”.

Ainda, sob a visão de Marx (1980), o trabalho é dividido para as classes em trabalho intelectual e o trabalho material, os quais se subdividem em duas categorias: os pensadores, que são intelectuais ativos que refletem e retiram a substância essencial da elaboração das ilusões que a classe tem de si mesma, e os demais, que “têm uma atitude mais passiva e receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, os membros ativos da classe e dispõem de menos tempo para produzirem ideias sobre ilusões e ideais sobre si mesmos” (Marx, 1980, p. 56).

A classe dominante produz ideias e representações, que são resultantes da consciência, as quais não correspondem à vida material, portanto, não correspondem à vida real, produzindo a sua fundamentação ideológica.

“os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara escura, isto é, apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida real” (Marx, 1980, p. 25-26).

Pode-se afirmar que a consciência representa o processo real de vida e a ideologia a inversão de tais representações.

No que se refere às pesquisas, Gonçalves (2023) ressalta que os estudos que usam o método materialista histórico e dialético partem da realidade concreta, e ainda que, para melhor compreensão e conhecimento do seu objeto de pesquisa, é

importante analisá-lo em suas múltiplas relações, estabelecendo reflexões para a compreensão de sua essência, levando em consideração os determinantes que interferem na relação sujeito e objeto. Relacionado à educação, a autora também traz a questão da pesquisa sob o enfoque do Materialismo Histórico e Dialético (MHD):

Com relação à educação, compreender as múltiplas facetas do processo é fundamental na tentativa de superação do espontaneísmo, e o método materialista de Marx pode contribuir para chegarmos à essência dos problemas e sugerirmos estratégias para a superação. Sobre a necessidade de estabelecer um elo de ligação entre sujeito e objeto (Gonçalves, 2023, p. 66-67).

Quando o método é utilizado para análise e reflexão no campo da pesquisa educacional, bem como na pesquisa voltada para a Gestão Democrática na Educação Infantil da escola pública, torna-se possível compreender a essência das ações gestonárias no âmbito da Educação Infantil da rede pública e todo o seu movimento histórico desde o início da luta por esse princípio de gestão escolar, bem como suas contradições e a dialética existente em todo o processo.

Diante disso, destaca-se a relevância que este referencial teórico apresenta neste estudo, uma vez que o objeto de pesquisa perpassou por todo movimento histórico da sociedade, na busca de desenvolvimento social, mesmo diante da constante produção material, resultando em uma contradição existente até os dias atuais.

2.2 A ÉTICA COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DA PESQUISA

Atualmente as questões éticas de pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais vêm ganhando cada vez mais espaço. Mainardes (2016, p. 74) nos ajuda a compreender essas discussões:

De modo geral, o debate sobre questões éticas pode envolver dois aspectos: a) discussões sobre princípios e procedimentos éticos na pesquisa e b) aspectos relacionados à regulamentação sobre o processo de revisão ética. O primeiro aspecto abrange uma série de questões relevantes, tais como: proteção dos sujeitos, acesso ao campo e aos dados, consentimento e assentimento, registro do consentimento, confidencialidade, anonimato, vulnerabilidade cuidados na análise e conclusões (reflexividade ética) ética no processo de publicação e editoração, autoria e coautoria, reanálise de dados, retratação periódicos predatórios, etc. O segundo aspecto refere-se à definição sobre como o processo de revisão ética será realizado e quem serão os responsáveis (Mainardes, 2016, p. 74).

O autor nos chama a atenção para a reflexão de duas perspectivas nos debates referentes às questões éticas de pesquisa. A primeira diz respeito aos princípios e procedimentos éticos na pesquisa, os quais se fazem necessários para a realização de um estudo, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) presente nesta pesquisa. E a segunda é sobre como e quem serão os responsáveis pela revisão ética, que, no caso deste estudo, a pesquisadora organizou todo o processo para que fosse analisado e autorizado pelo sistema Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CEP/Conep (Plataforma Brasil).

Mainardes e Cury (2019, p. 27) afirmam que:

Com base na teoria principalista, bem como nos documentos de associações com longa tradição no debate e na formulação de documentos orientadores com relação aos padrões éticos na pesquisa em Educação, os princípios gerais que devem orientar as pesquisas em Educação são os seguintes:

- a) todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Isso implica no respeito aos participantes, consentimento, avaliação cuidadosa de potenciais riscos aos participantes, compromisso com o benefício individual, social e coletivo das pesquisas;
- b) respeito aos direitos humanos e à autonomia da vontade;
- c) emprego de padrões elevados de pesquisa, integridade, honestidade, transparência e verdade;
- d) defesa dos valores democráticos, da justiça e da equidade; e
- e) responsabilidade social.

Diante das prescrições descritas acima, esta pesquisa foi organizada de forma que os princípios éticos sejam orientadores de todo o processo, ou seja, os sujeitos participantes da pesquisa foram inqueridos após terem recebido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual consta as informações referentes à presente pesquisa, seus objetivos, sobre seu anonimato e a possibilidade de participar ou não desse momento, a possibilidade de desistência da participação no decorrer da entrevista.

Após o aceite em participar voluntariamente da pesquisa, os participantes assinaram e receberam uma cópia do documento (Anexo A), de modo a permitir a continuidade da investigação por meio de entrevistas gravadas, as quais ficaram sob a posse da pesquisadora e seu conteúdo foi analisado conforme objetivos previstos. A análise do conteúdo das entrevistas é apresentada ao longo do presente texto.

Quanto à revisão ética, são esclarecedoras as indicações de Mainardes e Cury (2019, p. 25):

No Brasil, a revisão ética dá-se pelo sistema Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CEP/Conep (Plataforma Brasil). A Conep, com sede em Brasília, é uma das Comissões do Conselho Nacional de Saúde, ligada ao Ministério da Saúde. A Conep foi criada pela Resolução CNS Nº 196/1996 e tem a função de elaborar e implementar normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, tanto para as pesquisas biomédicas quanto para as pesquisas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA).

Mainardes (2017, p. 167) avança em suas discussões, afirmando que “o processo de revisão ética vigente no Brasil é altamente burocrático, utilitarista e fortemente baseado no modelo biomédico”, pois “o referido procedimento expressa uma visão limitada da ética em pesquisa (preenchimento de um formulário)”. No entanto, a ética da pesquisa vai além de formulários a serem preenchidos, ela abarca toda questão do compromisso com o respeito aos seres humanos.

Para tanto, o cumprimento das normas de revisão ética, que se referem à parte documental e burocrática, sugeridas pelo atual órgão responsável por analisar e aprovar as propostas de pesquisas em seres humanos, é necessário para preservar tanto os direitos dos participantes da pesquisa quanto do pesquisador.

A pesquisa proposta obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CEP/Conep (Plataforma Brasil), segundo o Anexo C, apresentado no final desta dissertação. Ressalta-se que a investigação foi pautada em carta de anuência da instituição coparticipante (Secretaria de Educação do Município de Carambeí-PR), conforme pode ser observado no Anexo B.

A amostra da pesquisa conta com 17 participantes, sendo: a secretária municipal de educação do município de Carambeí-PR e quatro representantes de cada um dos CMEIs que o município contempla atualmente. Os partícipes de cada CMEI correspondem a uma diretora escolar, uma pedagoga, uma professora e um membro da comunidade. Todas as entrevistas foram realizadas, ficando sob responsabilidade da diretora escolar indicar quem seria o representante docente e o membro da comunidade.

Todas as entrevistas tiveram a mesma abordagem, porém com a linguagem voltada para cada eixo participante. Os apêndices A, B, C, D e E correspondem aos roteiros de entrevistas realizadas com a secretária de Educação e Cultura, a diretora escolar, a pedagoga, a professora e o membro da comunidade, respectivamente.

Os roteiros de entrevistas foram organizados com a finalidade de responder os objetivos desta pesquisa, que visam analisar as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR.

Em um primeiro momento, percebe-se que o tempo das entrevistas variaram de sete a quarenta e três minutos. Notou-se que o tempo dedicado pela secretária de educação e pelas diretoras foi maior do que das demais participantes. Não foi determinado tempo para nenhum eixo de pesquisa, cada participante ficou livre para discorrer o quanto julgasse necessário sobre a temática.

Para manter o sigilo dos participantes da pesquisa e dos dados expostos por eles, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) foram numerados de 01 a 04. No CMEI 1, os participantes foram caracterizados como D1 (diretora 1), P1 (pedagoga 1), Prof1 (professora 1) e C1 (membro da comunidade); no CMEI 2, os participantes foram caracterizados como D2 (diretora 2), P2 (pedagoga 2), Prof2 (professora 2) e C2 (membro da comunidade); no CMEI 3, os participantes foram caracterizados como D3 (diretora 3), P3 (pedagoga 3), Prof3 (professora 3) e C3 (membro da comunidade) e, no CMEI 4, os participantes foram caracterizados como D4 (diretora 4), P4 (pedagoga 4), Prof4 (professora 4) e C4 (membro da comunidade).

Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, o caminho traçado nos procedimentos metodológicos contou com o estudo teórico de produções sobre a temática pesquisada atrelado ao referencial teórico, à submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, à coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme citado anteriormente, e à análise dos dados e às considerações sobre a pesquisa realizada.

2.3 CARAMBEÍ-PR: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O Método Materialismo Histórico e Dialético nos incita a observar o objeto de pesquisa em seu movimento histórico na sociedade. Para tanto, é essencial que os aspectos sociais, econômicos e históricos sejam compreendidos. Diante disso, passamos a discutir brevemente sobre o município, onde nosso objeto de pesquisa se insere.

O município de Carambeí está localizado na região dos Campos Gerais no interior do Paraná, o mesmo faz limite com Tibagi-PR, Castro- PR e Ponta grossa-

PR. Em 1995 sob a Lei Estadual n. 11.225 conquista sua emancipação política com o desmembramento dos municípios de Castro e Ponta Grossa; e até 1997, Carambeí era distrito do Município de Castro-PR e parte de dois distritos de Ponta Grossa-PR, conforme Figura 1 abaixo, sendo eles Periquitos e Sede (CARAMBEÍ, 2007, p. 63).

Figura 1 – Localização do município de Carambeí no Estado do Paraná



Fonte: Perfil Municipal (IPARDES, 2024).

Durante o século XVIII era uma extensa fazenda que iniciava no rio Iapó até o rio Pitangui, denominada pelos índios que habitavam essas terras, antes da imigração, de “Rio das Tartarugas”. A pequena cidade que ali nascia contava com uma sede entre Ponta Grossa e Castro, a qual é conservada até os dias atuais. A fazenda foi permutada em 1854 pelos descendentes de Francisco Teixeira de Azevedo, a Sinhara de Carambeí e, em 1906, a empresa de trens de ferro e estradas, Brazil Railway Company, participou de uma negociação com o objetivo de colonizar a região.

A história de construção do município é centrada na prática agrícola e produção leiteira, uma aliança formada por uma empresa internacional que dispunha de capital para subsidiar esses imigrantes, incentivo brasileiro à indústria, acessibilidade para o transporte e, claro, mão-de-obra (Onofre, 2019, p. 49).

Considerando que o modo de produção capitalista começou a ser implantado no mercado interno e as necessidades de força de trabalho excedente começaram a

aumentar, passou a ser necessária, para a manutenção da mão de obra, a legalização e o estabelecimento do imigrante europeu no país. Luz (2014, p. 27) nos ajuda a compreender esse período histórico:

As relações de produção e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a expansão e a transformação nos modos de vida, inclusive o domínio político da classe burguesa e a reorganização jurídica do Estado. Nesse movimento avultam, a abolição da escravatura e a imigração de inúmeros sujeitos à procura de melhores condições de vida e oportunidades, sob a égide do modo de produção capitalista que vai se estabelecendo no mundo, gerando quadros de conflitos, miséria e expropriação (Luz, 2014, p. 27).

Nesse contexto, em busca de melhores condições de vida, em 1909, imigrantes holandeses se instauraram na colônia de Irati e diante das dificuldades encontradas naquela terra, em 1911, três dessas famílias holandesas migraram para Carambeí-PR, logo firmaram contrato com a Brazil Railway Company para trabalhar na construção da ferrovia e no fornecimento de matéria-prima para a companhia³. A empresa contemplou cada família com terra, casa, sementes para iniciar uma produção agrícola, canga de bois e vacas leiteiras. Para que os colonos pudessem adquirir propriedades em seu nome, tinham que, em até 10 anos, pagar a dívida que se instaurou com o que receberam da empresa.

Em meio a Guerra do Contestado, que acontecia no estado do Paraná (1912-1916), onde os ditos posseiros que residiam dentro de 15km de cada lado da ferrovia da Brazil Railway Company, os imigrantes tiveram que desocupar as terras devido estas terem sido devolutas ao governo, e, assim, muitos moradores de várias nacionalidades deixaram Carambeí devido ao desemprego. A colônia prosperou em razão da produção de laticínios, chamando a atenção de outros holandeses, os quais também se deslocaram para a região.

Os imigrantes Ari de Geus e Jacó Voortuys chegaram da Holanda em dezembro de 1911 e se tornaram precursores de uma nova forma econômica na região, caracterizada pela produção e industrialização de leites das suas próprias vacas, além da fabricação de um queijo especial.

Em julho, daquele mesmo ano, foi fundada a primeira cooperativa de produção do Brasil, Sociedade Hollandezza de Laticínios BATAVO, a qual teve início com oito fornecedores, a qual acompanhou o desenvolvimento da sociedade, todo o

³ No dia 4 de abril de 1911, Leendert Verschoor foi o primeiro holandês a assinar contrato com a empresa, diante disso, essa data passou a ser considerada como o início da colonização de Carambeí.

processo de industrialização, passando por vendas e parcerias da empresa, crescimento de produção, processo de industrialização, que até hoje movimenta a economia do município, sendo a forma de sustento e capital de várias famílias que moram em Carambeí e cidades próximas, como Ponta Grossa e Castro.

Durante o período de desenvolvimento da colônia, houve muitos momentos difíceis, mas baseados na tríade educação, religiosidade e cooperativismo, os holandeses fizeram de Carambeí um caso de sucesso entre as colônias fundadas por imigrantes no Brasil. Emancipada de Castro e Ponta Grossa, em 1995, a cidade é uma das mais ricas do Estado, com um dos maiores PIB per capita do Paraná. Em conjunto com as outras cidades com marcante presença holandesa, os imigrantes deixaram sua valiosa marca cultural no território brasileiro. É justamente buscando reconhecer a importância da contribuição holandesa para o país que 2011 foi instituído como o Ano da Holanda no Brasil, através da Lei federal n. 180/11. Carambeí, por representar o início da colonização moderna, inaugura em seu centenário o Parque Histórico de Carambeí, um importante instrumento de desenvolvimento cultural e social para o Paraná (Núcleo de Mídia e Conhecimento, 2016, p. 27).

O museu etnográfico Parque Histórico de Carambeí, que atualmente é um ponto turístico cultural da cidade, representa, por meio de sua estrutura, como era organizada a colônia holandesa, precursora do atual município de Carambeí:

Por exemplo, podemos encontrar na Casa da Memória exposições que falam sobre educação, religiosidade, lazer, costumes e etc. Já na Vila Histórica, podemos visualizar elementos do cotidiano do imigrante holandês em Carambeí e suas relações sociais, através das reproduções arquitetônicas da antiga colônia. Enquanto isso, no Parque das Águas, nós fazemos uma pequena viagem geográfica para conhecer um pedaço dos Países Baixos – a ala é uma representação da região de Zaanse Schans, localizada na província da Holanda do Norte. Além de ilustrar uma arquitetura típica holandesa, ela nos apresenta um sistema de engenharia hidráulica e controle do fluxo das águas, que mudou a paisagem do país – os diques. São mais de 10 mil peças contidas no acervo do Parque Histórico de Carambeí que ilustram diversos recortes e períodos históricos. (Sato, 2008, p. 9).

Assim como na Casa da Memória, local onde é possível encontrar exposições referentes à educação da antiga colônia. Na Vila Histórica, em sua arquitetura, temos uma “casa” que representa como era a sala de aula dos imigrantes:

A educação na colônia foi organizada pelos próprios imigrantes, e era estruturada nos moldes religiosos, muito embora o país passasse por uma luta entre as posições católicas e das escolanovistas na década de 1930, a educação da colônia era fundamentada na religião reformada, com manutenção da cultura e do idioma holandês (Luz, 2014, p. 29).

O município se consolidou com um grupo de pessoas da mesma etnia, a holandesa, a qual ainda está presente em Carambeí, perceptível nos dias atuais por intermédio de vários aspectos culturais que compõem o município, assim como a arquitetura, a alimentação, a vestimenta, a gastronomia e a educação.

Na década de 1930, Carambeí foi afetado pela nacionalização compulsória, assim como no restante do país, portanto, tornou-se obrigatório para a educação o ensino da língua portuguesa nas escolas estrangeiras. Nesse momento histórico, foi construída a Escola de Pilatos pela comunidade, localizada próximo a fábrica de queijos; e as professoras brasileiras Theresa Gaerthner Seifarth e Geralda Harms passaram a ministrar aulas de português na instituição. Devido à dificuldade de os colonos aprenderem conhecimentos gerais por meio da língua portuguesa, o professor Keipe Vam de Meer, da Holanda, chega em Carambeí trazendo livros, escritos em holandês, que auxiliariam na alfabetização.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi proibido o ensino de língua estrangeira no Brasil, enquanto isso, é inaugurado a Escola Fundos de Pilatos que se dedicava ao ensino das três primeiras séries, e, as escolas de Carambeí começam a se adaptar aos imperativos legais. Sob a influência das exigências legais, ocorreu um processo de aculturação da comunidade, fato que culminou com a cessação das aulas de holandês em 1948, por falta de alunos.

Desde então, as escolas passaram a ser substituídas e construídas no município, como é o caso da Escola Pilatos que foi substituída pela Carambeí - Pilatos, local que atualmente é uma fundação e que não está ligada à educação.

Na década de 1950, a colônia holandesa de Carambeí, caracterizada pela economia baseada na pecuária leiteira, também é marcada pelo subdesenvolvimento industrializado, em que a industrialização ocorre com capitais nacionais. Nesse momento, constitui-se no município a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, a qual teve um crescimento após a Segunda Guerra Mundial com a expansão do capitalismo.

Além da expansão da industrialização, a capacidade dos imigrantes holandeses conduzirem seu trabalho no modelo de gestão do sistema LOVO, na década de 1960, culminou para o sucesso da instalação dos imigrantes holandeses em Carambeí. O termo LOVO, na tradução para o português, significa agricultura/pesquisa/difusão/ensino, e seu objetivo era desenvolver a agricultura holandesa.

No ano de 1988, os associados da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná começam a venda e comercialização das ações da cooperativa para empresas privadas, primeiro para a Parmalat, a qual criou a indústria Alimentos Batávia S/A; posteriormente, a Perdigão Agroindustrial S/A compra as ações do Frigorífico Batávia S/A, tornando-se o maior empregador local com a marca Batavo. A marca Batavo, a partir de 2009, passa a ser gerida pela Brasil-Foods, a partir da união da empresa Perdigão e Sadia S/A, resultado da expansão do capitalismo do mundo industrial (Carambeí, 2007).

Mesmo diante da formação do monopólio capitalista, a colônia holandesa manteve suas atividades agrícolas e pecuárias, crescendo e se expandindo até os dias atuais, por meio de sua miscigenação cultural, religiosa e étnica. (Carambeí, 2006).

De acordo com o último censo do IBGE (2022), a população estimada de Carambeí- PR é de 23.283 habitantes, mesmo diante do desenvolvimento da cidade, atualmente é possível perceber aspectos culturais do povo que iniciou o desenvolvimento do pequeno município e que ainda se faz presente na região.

A taxa de escolarização entre indivíduos de 6 e 14 anos de idade, segundo o IBGE, no ano de 2010, era de 98,2%. Quanto à Educação Infantil, etapa da educação em que esta pesquisa está voltada, será discutida a seguir.

2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ-PR

Todo o movimento educacional brasileiro refletiu diretamente nos municípios, o qual apresentou a estruturada Reforma do Aparelho do Estado com a perspectiva da universalização da educação, tendo como fato marcante a Conferência Mundial de Educação para todos em Jomtien, na Tailândia, sob a coordenação do Banco Mundial.

As políticas educacionais brasileiras foram pensadas e organizadas de acordo com as discussões desse movimento mundial, o que refletiu na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação – LDBEN n. 9.394/96, quando o município de Carambeí passa a assumir a oferta da Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Luz (2014, p. 38) nos esclarece que:

A educação de Carambeí está atrelada ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, cuja responsabilidade de manutenção e oferta da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental são da Prefeitura Municipal,

considerando os respectivos repasses financeiros da União e do Estado, bem como os termos de colaboração.

Em 2001, foi sancionada a Lei de n. 10.172, que, de acordo com os art. 2º e 5º, os municípios deveriam constituir o Plano Municipal de Educação. Isso desencadeou uma:

mobilização estatal a adequar as suas leis e obrigou o governo federal, cada município e Estado brasileiro a atrelar os seus Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA) conforme o que preconiza a nova peça jurídica em questão (Luz, 2014, p. 42).

Devido à inserção dessa lei, em 2006, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município, gestão 2005 a 2008, começou a desenvolver o Plano Municipal de Educação, considerando os aspectos legais e administrativos do Plano Nacional de Educação. Conforme Luz (2014, p. 68-69), no que se refere à Educação Infantil, o Plano Municipal de Educação discorre que:

Em relação à Educação Infantil ficaram definidas metas que contemplam a formação continuada para os profissionais deste nível de ensino. Parcerias da SMEC com órgãos governamentais, conscientização da comunidade a respeito do processo de aprendizagem básica para o desenvolvimento infantil e a regulamentação de critérios para matrículas de criança de CMEIs, bem como assegurar a sua expansão anual.

No que diz respeito à infraestrutura foi delimitada a garantia de espaço físico adequado ao número de crianças atendidas, adequação do mobiliário nas instituições, que já oferecem Educação Infantil (quadras esportivas, áreas cobertas, parques, áreas verdes), ampliação da rede física e construção de quatro CMEIs, no período dos dez anos de vigência da lei.

Em relação às questões pedagógicas o Plano dispõe sobre a aquisição de acervo bibliográfico específico para a área de Educação Infantil e de jogos educativos de qualidade, material pedagógico de consumo diário, bem como livros de Literatura Infantil adequados a cada faixa etária.

Busca definir a garantia de uma alimentação balanceada, variada e de qualidade supervisionada por um nutricionista em cada instituição e a contratação de um professor de Educação Física específico para atuar nos Centros de Educação Infantil (Luz, 2014, p. 68-69).

Por motivo de averiguação, em 2008, foram nomeadas pelo prefeito municipal algumas pessoas para a composição da comissão de monitoramento do Plano Municipal de Educação, assim como na sua elaboração, que contou com a participação de vários representantes, como professor, diretor escolar, membro da comunidade e de outras esferas municipais. A comissão também contou com a participação de representantes do Conselho Municipal de Educação (CME), FUNDEB, pais e alunos, Secretaria Municipal de Educação, EJA, Conselho Municipal da Criança

e Adolescente, Educação Especial e da Secretaria de Finanças. No total, são 13 pessoas que fazem parte da comissão de acompanhamento para avaliar e verificar se as metas estão sendo cumpridas e que esforços estão sendo dedicados a isso.

Visto que o PME tem duração de dez anos, em 2015, ele foi reformulado conforme a Lei n. 1.085/2015, a qual tem vigência até o ano 2025. Em relação à Educação Infantil, o Plano Municipal de Educação-PME(2015-2025) apresenta como estratégias a ampliação da oferta da Educação Infantil, a garantia de vagas e permanência na escola das crianças de zero a cinco anos, a prioridade de famílias para a matrícula, a qualidade de ensino nessa etapa da educação, a participação dos pais nas escolas que atendem a essa demanda, a busca de parcerias para a melhoria da qualidade na Educação Infantil, a articulação entre Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental, entre outras estratégias, a fim de cumprir a Meta 1, que corresponde à universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar em 50% a oferta da Educação Infantil em creches (zero a três anos de idade) até o final da vigência do plano atual (Carambeí, 2015).

Quanto a meta de universalização da Educação Infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos e a ampliação da oferta em creches em 50% foi estipulada, eram atendidos um total de 592 crianças. Sendo de zero a três anos, um total de 239 crianças; e, de quatro a cinco anos, um total de 353 crianças. Dos 353 alunos atendidos de quatro a cinco anos, 227 deles eram atendidos em CMEIs e 126 em escolas. A possibilidade das crianças de quatro a cinco anos terem acesso à Educação Infantil em escola, faz menção à Estratégia 17 da Meta 1 do Plano Municipal de Educação, que tem como base:

Estimular o acesso à educação infantil de 0 a 5 anos conforme as diretrizes nacionais, facultando aos pais matriculem seus filhos em apenas um dos períodos, tendo em vista que a família é a base da sociedade, e os pais que podem acompanhar seus filhos, devem ter essa opção respeitada (Médio prazo) (Carambeí, 2015).

De acordo com a secretária do Departamento de Educação e Cultura, atualmente o município de Carambeí dispõe de quatro CMEIs e seis escolas municipais para atender a demanda da Educação Infantil. Os CMEIs atendem crianças da creche (zero a três anos) e da pré-escola (quatro a cinco anos) em tempo integral; já as escolas, no que diz respeito à Educação Infantil, atendem crianças de

pré-escola (quatro e cinco anos) em período parcial. Esse atendimento dá aos pais e/ou responsáveis dos alunos a possibilidade de escolha do período em que as crianças serão atendidas na educação infantil, de acordo com a Meta 1 do Plano Municipal de Educação (2015).

Na Tabela 4, a seguir, podemos observar a quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil no ano de 2015 no município de Carambeí-PR. Ano da reformulação do PME; bem como do ano de 2022, última atualização de dados disponível no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Tabela 4 – Quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil no ano de 2015 e 2022

| ANO | FONTE | CRECHE | PRÉ-ESCOLA | TOTAL |
|------------|--------------|---------------|-------------------|--------------|
| 2015 | PME | 239 | 353 | 592 |
| 2022 | IPARDES | 443 | 723 | 1.166 |

Fonte: PME (2015) e IPARDES (2022).

Nota: Informações organizadas pela autora (2023).

Ao analisar a tabela, é possível perceber que o atendimento, no que se refere à Educação Infantil no município de Carambeí-PR, aumentou entre os anos de 2015 a 2022. O crescente número de crianças matriculadas é evidente, tanto na creche quanto na pré-escola, resultando em 96% de aumento no atendimento geral na educação infantil.

Em meio a reformulação do Plano Municipal de Educação de Carambeí-PR e os anos mostrados na tabela acima, nota-se que o aumento das matrículas na pré-escola, ou seja, quatro e cinco anos, foi de 104%. Nesse caso, é importante citar a obrigatoriedade de matrícula de crianças a partir de quatro anos na Educação Infantil por meio da Lei nº 12.796/2013. Segundo a referida Lei, cabe tanto aos pais e responsáveis quanto às redes municipais e estaduais de ensino matricular todas as crianças a partir de quatro anos de idade na educação básica, a qual tem como primeira etapa, a Educação Infantil.

Os municípios tiveram até o ano de 2016 como prazo para se adequarem à lei e passar a atender as crianças de quatro e cinco anos, tanto por tempo integral quanto em tempo parcial, organizados com carga horária mínima de 800 horas, sendo estas distribuídas em 200 dias letivos.

Atualmente, todos os CMEIs do município de Carambeí-PR são geridos por mulheres. Neste caso, de acordo com o Quadro 1, foram entrevistadas quatro diretoras escolares que representam a gestão dos CMEIs. Como já mencionado, as gestoras escolares são identificadas nesse trabalho como D1 (diretora 1), D2 (diretora 2), D3 (diretora 3) e D4 (diretora 4).

Quadro 1 – Dados sobre as gestoras escolares atuais dos CMEIs do município de Carambeí-PR

| Sujeito | Idade | Formação | Tempo de trabalho na educação⁴ | Tempo de trabalho na gestão escolar⁵ |
|----------------|--------------|--|--|--|
| D1 | 58 anos | Graduada em Pedagogia e Pós-graduação <i>lacto sensu</i> em Gestão Escolar e em Educação Infantil. | 41 anos | 38 anos |
| D2 | 30 anos | Graduada em Letras e Pedagogia. Pós-graduação <i>lacto sensu</i> em gestão escolar. | 12 anos | 1 ano |
| D3 | 35 anos | Graduada em Pedagogia e Filosofia e Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Ensino Científico e Educação Matemática. | 14 anos | 6 anos |
| D4 | 54 anos | Graduada em Pedagogia e Pós-graduada <i>lato sensu</i> em Psicopedagogia. | 30 anos | 10 anos |

Fonte: A autora (2023).

Segundo a secretária do Departamento de Educação e Cultura do município de Carambeí-PR (SMEC), a escolha de diretores escolares acontece por meio de consulta pública a toda comunidade escolar⁶. Durante a entrevista, ela cita a Lei de Diretores aprovada no ano de 2022, porém não aborda os requisitos para ser um gestor escolar no município. A partir do Quadro 1 acima é possível observar que todas as diretoras escolares atuam há bastante tempo na educação, diante disso, pode-se

⁴ Corresponde ao tempo total atuando na educação, indiferente em qual etapa de ensino.

⁵ Corresponde ao tempo total atuando na gestão escolar. Isso não significa que é na mesma instituição ou na mesma rede.

⁶ Lei nº1409/2022. Art. 2º. Para os fins da presente lei, entende-se por Comunidade Escolar os professores, funcionários, pais ou responsáveis e os alunos, acima de 16 anos, da instituição de ensino onde se dará a designação dos Diretores.

dizer que o tempo de trabalho em exercício faz a diferença na hora de se candidatar para ocupar um cargo na gestão escolar.

Quanto à Lei nº1.409/2022, que trata sobre a definição de critérios de escolha mediante consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores da Rede Municipal de Ensino do Município de Carambeí-PR, a mesma dispõe que:

Art. 8º. São requisitos para o registro da chapa que seus integrantes:
I - pertençam ao Quadro Próprio do Magistério Municipal, em função permanente;
II - possuam curso de graduação em pedagogia, licenciatura plena ou pós-graduação na área da educação (stricto sensu);
III - componham ou tenham figurado no quadro de pessoal da respectiva instituição de ensino por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, incluindo férias e recesso escolar (Carambeí, 2022, p. 6).

Diante disso, o prazo mínimo que o candidato à gestão escolar deve ter para poder se candidatar é de, no mínimo, 180 dias cumpridos na instituição em questão. Nota-se que todas as gestoras têm esse prazo mínimo atuando na educação e, conseqüentemente, na instituição em exercício. A D1 tem uma trajetória de 11 anos na gestão escolar da Educação Infantil na rede pública e ressalta que “é aonde eu mais me identifiquei, de toda essa minha trajetória, é aqui no CMEI, é na Educação Infantil!”.

O inciso II do artº 8 da Lei nº1.409/2022 nos faz compreender a similaridade quanto à formação inicial de todas as gestoras, pois, conforme o Quadro 1 acima, todas são graduadas em pedagogia. Duas das diretoras têm uma segunda formação; todas têm alguma especialização e duas gestoras têm a especialização *lato sensu* em Gestão Escolar.

De acordo com a entrevista realizada com as gestoras, a formação que elas têm não foi ofertada pela entidade mantenedora dos CMEIs, pois esta não oferta nenhuma formação voltada especificamente para a gestão escolar.

Para contribuir com a compreensão de como está organizada a Educação Infantil atualmente no Município de Carambeí-PR e como se percebe o objeto de pesquisa deste estudo, a Gestão Democrática, será apresentada, a seguir, a entrevista realizada com a secretária municipal do Departamento de Educação e Cultura e suas reflexões sobre a devida temática.

2.5 ENCAMINHAMENTOS DA SMEC PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com objetivo de identificar práticas e ações que indiquem a intenção de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR, foi realizada uma entrevista com a atual secretária municipal do Departamento de Educação e Cultura (gestão 2021-2024). A entrevista ocorreu no início do segundo semestre do ano de 2023 e foi efetuada a partir de roteiro semiestruturado (Apêndice A). Toda a reflexão foi transcrita e a gravação se encontra em posse da pesquisadora.

A secretária de educação, pedagoga e especialista *lato sensu* em neuropsicopedagogia, tem uma carreira de 20 anos como professora atuante no município, contando com o tempo que atuou como coordenadora pedagógica, professora de valores humanos e professora da etapa do ensino fundamental.

Por meio da fala da secretária, na sequência é apresentado como está organizada a Educação Infantil e as considerações da secretária municipal do Departamento de Educação e Cultura quanto ao nosso objeto de pesquisa, a Gestão Democrática na Educação Infantil.

No período da entrevista realizada, o município de Carambeí-PR atendia 988 crianças na Educação Infantil, distribuídas em quatro CMEIs, uma instituição filantrópica e seis escolas municipais, conforme Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil em Carambeí, por tipo de instituição - 2023

| Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) | | Instituição filantrópica | | Escolas municipais |
|---|-------------------------|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Creche (0 a 3 anos) | Pré-escola (4 a 5 anos) | Creche (0 a 3 anos) | Pré-escola (4 a 5 anos) | Pré-escola (4 a 5 anos) |
| 295 | 221 | 113 | 112 | 247 |
| Total: 516 | | Total: 225 | | Total: 247 |

Fonte: A autora (2023).

Ao observar a tabela acima, pode-se perceber que a maior parte das crianças atendidas na Educação Infantil encontram-se matriculadas nos quatro CMEIs que o município dispõe em tempo integral. Isso porque a estrutura foi organizada para atender a uma demanda maior de crianças nessa etapa da educação, contando com creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos).

A secretária do Departamento de Educação e Cultura ressalta que a procura pela educação Infantil, principalmente na creche (zero a três anos), vem da necessidade de os pais, que trabalham, ter onde deixarem seus filhos, e que isto é um dos requisitos para se conseguir uma vaga de acesso à Educação Infantil no município de Carambeí-PR.

Diante desse requisito, percebe-se que a Educação Infantil do município está voltada para a manutenção da classe burguesa, em que o representante do Estado, nesse caso a SMEC, ao mesmo tempo em que atende a necessidade da classe trabalhadora, que é ter onde deixar os filhos enquanto trabalha, assegura a manutenção do capital.

Em atendimento aos interesses e necessidades dos trabalhadores e dos detentores dos meios de produção, o Estado exerce papel fundamental, criando as condições necessárias para apaziguar os conflitos, o que pode ser observado tanto no reordenamento legal quanto nas ações governamentais. No entanto, é preciso entender que os interesses evidenciados na materialidade são a expressão da correlação de forças que perpassam as ações do Estado. A isso equivale dizer que há um entrecruzamento de redes de poder que atendem as reivindicações da classe trabalhadora e ao mesmo tempo asseguram a manutenção do capital (Flach; Caldas, 2016, p. 2010).

Diante da necessidade de aumentar a oferta da Educação Infantil, devido às metas do Plano Municipal de Educação-PME (2015-2025) e da obrigatoriedade de matrícula, conforme a Lei nº 12.796/2013, seis das sete escolas municipais de Carambeí-PR passaram a atender a primeira etapa da educação básica, a pré-escola (quatro e cinco anos), assim como consta na referida tabela acima. Além de garantir o acesso à educação pública, essa opção dá o direito aos pais de escolher matricular seus filhos em tempo parcial, já que as escolas atendem nesta modalidade de período.

A oferta da Educação Infantil por meio de uma instituição filantrópica, conforme Termo de Colaboração nº 003/2022, celebrado entre o município de Carambeí-PR e a Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí, é uma realidade que contempla mais crianças ao direito à educação na etapa da Educação Infantil. Essas crianças passam por uma lista de espera e são chamadas pela Secretaria de Educação e Cultura-SMEC e encaminhadas para a instituição de ensino que a atenderá.

Assim, como é possível observar na Tabela 5, anteriormente analisada, a secretária do Departamento de Educação e Cultura afirma que o convênio com a

creche filantrópica atende várias crianças, porém “precisaria de mais um convênio”⁷ para conseguir atender a demanda atual. Uma vez que existem 265 crianças em uma lista de espera para atendimento em creche (zero a três anos), a qual é atualizada mensalmente. Para atender essa demanda, o município tem como meta, para o ano de 2023-2024, a ampliação de um CMEI, onde serão abertas novas vagas com o intuito de suprir a necessidade do município.

Segundo a secretária de educação, os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Carambeí-PR, nosso campo de pesquisa, têm todas as propostas pedagógicas, diretrizes e matrizes curriculares direcionadas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná-SEED/PR, com orientação nº17/2009, em que consta a Reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, nas instituições de ensino estaduais, a partir das Deliberações nº 02/2018 e 03/2018 – CP/CEE/PR, Parecer 01/2019 – CP/CEE/PR e da Instrução nº04/2019 – DEDUC/DPGESEED. Também é citado pela secretária a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação – LDBEN n. 9.394/96 e a Lei de Diretores nº 1.409/2022⁸ como norteadores para a efetivação da Gestão Democrática nos Centros Municipais de Educação Infantil de Carambeí-PR.

Ao refletir sobre o que é Gestão Democrática, a representante da SMEC diz que:

a gestão democrática é o que a gente tenta fazer a todo momento dentro da educação. Muitas vezes não é fácil reunir todo... né? O que é gestão democrática? São os professores, são os pais, são os conselhos. E não é fácil, eu vejo que até para você formar um conselho, seja Fundeb, seja conselho de educação, seja qualquer... não é fácil angariar todos, porque nem todos têm tempo, nem todos têm esse interesse, e dentro de uma escola é a mesma coisa. Então, nós temos lá a equipe gestora e os professores, os pais. E, graças a Deus, temos muitos pais que são bem presentes e que se fazem presentes mesmo, mas alguns... e a comunidade como um todo. Eu vejo muito isso agora na Secretaria de Educação, o que a gente muitas vezes não observa quando está dentro de sala de aula, isso né? A comunidade em si. Cada um tem o seu jeitinho. Cada um tem o seu costume, por mais que estamos dentro de Carambeí.

Um Jardim Brasília⁹ é bem diferente do que uma AFGB¹⁰ a escola funciona de uma outra forma ali. Digamos, nessa parte comunidade do que numa

⁷ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

⁸ Lei que dispõe sobre a definição de critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores da Rede Municipal de Ensino do Município de Carambeí-PR e dá outras providências.

⁹ Bairro pertencente ao município de Carambeí-PR.

¹⁰ Bairro pertencente ao município de Carambeí (Associação de Funcionários da Cooperativa Batavo-AFCB).

AFCB. Cada um tem a sua peculiaridade. E eu acho que isso é bem bacana. E a gestão democrática é isso, né? É todos terem voz e a gente entrar num consenso, né!¹¹

Souza (2009 p. 125-126) contribui para a compreensão sobre a Gestão Democrática, quando diz que ela é entendida como:

um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Quando a secretária do Departamento de Educação e Cultura indica alguns sujeitos, aponta o conselho escolar e afirma que é necessário “todos terem voz”; percebe-se que ela tem conhecimento que a comunidade escolar precisa estar envolvida na instituição para que a gestão se efetive de maneira democrática, porém, no seu discurso, não fica claro como as pessoas terão voz e serão ouvidas tampouco se o que dizem será atendido ou incluído como proposta em planejamento.

Na fala apresentada anteriormente da SMEC, percebemos que as crianças não aparecem em seu discurso. Assim como Souza (2009), entendemos que todos os segmentos envolvidos devem fazer parte do processo democrático dentro da escola, ou seja, as crianças também devem participar dos processos decisórios dentro das instituições de Educação Infantil, para isso, devem ser criados meios de participação para todos, inclusive para as crianças.

Diante da concepção de Gestão Democrática da secretária de Educação e Cultura do município de Carambeí-PR, a qual aborda a participação no processo educacional, mesmo diante das dificuldades para a participação dos sujeitos, esta considera suas ações democráticas, dentro da secretaria dirigida por ela, da seguinte forma:

Quando eu entrei, há dois anos atrás, muita coisa eu já aprendi, até hoje. Sempre fui a favor da gestão democrática dentro da sala de aula, enquanto pedagoga. E eu me intitulo sim, mas eu sempre me autoanaliso: "será...

¹¹ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

aonde eu posso ainda melhorar mais?". Então, tem coisas, por exemplo, no primeiro ano, chegamos e falamos assim... por eu vir de sala de aula, de escola, eu falei: "Nossa, o que que falta dentro da escola? A gente poderia comprar um armário, uma mesa?", mas era uma coisa assim, do PDDE. Não é muito dinheiro que se vem e tal. Poxa, se a gente pode aqui na secretaria estar ajudando nesse sentido, por que não? "Diretoras, cada uma vai fazer um ofício, vai me mandar o que que precisa". E realmente a gente adquiriu. Um das diretoras foram super espertas: "ah, eu quero tantas TVs... eu quero isso, quero aquilo..." Teve uma que ainda confessou, falou assim pra mim, confessou: "Ai, eu sou tão humilde, eu achei que não ia vir nada, pedi só isso." Tadinha.¹²

Nesse momento, nota-se a importância que a secretária atribui para a autoavaliação como gestora, e, que a mesma considera um ato democrático ter conhecimento por meio da atuação enquanto diretora escolar, para perceber quais são as necessidades de bens materiais que as instituições apresentam. E ainda:

Então, eu vejo que tem coisas que é na nossa orçada, não é sempre que a gente faz na hora, mas que a gente tenta fazer. Por exemplo, esse atentado que teve, que aconteceu lá em Santa Catarina e tal, aí veio toda essa discussão de segurança e tal. Pode ser que muitas pessoas pensem assim: "o que que eles estão fazendo?". Estamos, abrimos um processo, nós vamos colocar, monitorar todas as escolas, vamos colocar câmeras, tudo já está em processo.

Esse processo muitas vezes demora três meses até acontecer, até a assinatura do contrato. Então, as pessoas às vezes não entendem, mas eu sempre deixo bem claro isso aos diretores, porque a gente tem as reuniões e tudo, e eu falo: "olha, estou fazendo, vai demorar tanto, mas vai vir". Não vão vir, até mostra o processo, e enfim. E graças a Deus está fluindo.¹³

A secretária continua refletindo sobre seus atos, os quais julga democráticos, apontando que em muitos momentos se depara com processos burocráticos que atrasam o processo de efetivação de ações necessárias ou solicitadas pela comunidade escolar. Mesmo diante desse desafio, dá continuidade em sua reflexão:

Eu considero nossa gestão como democrática, sim. A gente sempre chama os diretores, os pedagogos. Agora, eu estou fazendo esse ano, inovei um pouco, mudei um pouco o foco. Eu estou chamando os diretores junto com os pedagogos para as reuniões. É a equipe gestora, estou colocando isso, porque separado, uma ou outra vez ainda, mas elas são um grupo, é uma equipe. Eu não posso estar passando pra uma, e depois minhas coordenadoras pedagógicas passando pra outra. Eu acho que tem que ser o todo. Então, esse ano a gente entrou com isso também, e isso também faz parte de uma gestão democrática. Eu vejo, eu trouxe aqui a minha educação

¹² De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

¹³ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

especial junto com as pedagogas, porque nós trabalhamos em inclusão, mas que inclusão é esta: em que a educação especial tem que ter uma sala exclusiva? Tem, pra fazer avaliação precisa, realmente, mas, no mais, os alunos da educação especial, são também do fundamental, ou seja, elas têm que estar junto decidindo as coisas. Então, por isso, a nossa coordenadora está junto ali com as coordenadoras pedagógicas, porque eu falo: "a gente vende tanto a inclusão, mas que inclusão é esta que vocês separam aqui? Vocês têm que conversar junto". Então, é isso que eu considero. Então, a nossa gestão democrática.¹⁴

O trabalho em equipe é perceptível nesse momento, quando a secretária conta que realiza reuniões no coletivo com as equipes gestoras das instituições educacionais e, ainda, que decide manter a Secretaria de Educação e Cultura e a equipe que trabalha com a Educação Especial próximas, para que as tomadas de decisões aconteçam em conjunto, sempre pensando no melhor para os alunos.

Observa-se que a SMEC tem uma visão de que a Gestão Democrática se efetiva nas tomadas de decisões das equipes gestoras e das secretarias. No entanto, "a gestão escolar deve articular e considerar todas as pessoas envolvidas com a educação em cada instituição de ensino. O trabalho de uma gestão escolar deve apostar na possibilidade de participação e envolvimento de todos" (Brasil, 2005c, p. 14).

A secretária do Departamento de Educação e Cultura explica que o total de pessoas que trabalham no âmbito educacional no município de Carambeí-PR é entre 300 (trezentas) e 400 (quatrocentas) pessoas, contando com quem atua diretamente na secretaria, serviços gerais das instituições e professores. Relata que ao desenvolver seu trabalho, precisa gerir essa equipe, seus recursos humanos; cuidar do transporte escolar, alimentação, material didático; gerir contratos, verbas; desenvolver projetos e elaborar contraturno; e, ainda, desenvolver o trabalho no que se refere à Secretaria de Cultura, para isso, ela conta com profissionais que auxiliam nesse trabalho, como a diretora de cultura, o diretor da alimentação, entre outros.

Ao acompanhar o trabalho desenvolvido pelas equipes gestoras nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a secretária do Departamento de Educação e Cultura percebe que a democracia percorre toda a ação gestonária, sem distinção das escolas municipais de ensino fundamental. Ela reconhece que as crianças atendidas nos CMEIs são de faixa etária de idade menor, os conteúdos são diferentes, porém o foco é sempre o mesmo, "todos querem o bem comum da sua instituição,

¹⁴ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

dos alunos, dos professores”¹⁵. Para isso, todas as ações são pensadas democraticamente, com os colegiados existentes nos CMEIs, como o Conselho Escolar e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

Quando questionada, a secretária afirma que o Conselho Escolar e a APMF existem e funcionam dentro dos CMEIs, e que, cada vez mais, têm a participação da comunidade nesses órgãos. Porém não explica de que maneira isso acontece. “Os conselhos, colegiados e comissões objetivam construir processo de discussão e análise do contexto escolar” (Brasil, 2006c, p. 28), tentando a efetivação da Gestão Democrática nas instituições de ensino.

Ressalta que a gestão democrática possibilita e viabiliza a participação de todos os envolvidos com a educação, por meio do diálogo. Em contrapartida, ao abordar os desafios para que a Gestão Democrática aconteça nos CMEIs, a secretária afirma que:

O maior desafio que eu vejo aqui no município de Carambeí é muitas vezes... toda a equipe, quantos professores e até a secretária de educação se enquadra nisso, porque sou do quadro, de nós estarmos abrindo realmente a mente e enxergar essa gestão democrática como gestão democrática... Então o maior desafio é esse. É de todos compreenderem o que é gestão democrática.¹⁶

Diante das reflexões realizadas pela SMEC sobre a Gestão Democrática e sobre o desafio para que esta se efetive, é perceptível que é necessário buscar a compreensão sobre esse tipo de gestão, inclusive quando se trata da sua efetivação na Educação Infantil. Pois, falta clareza em tratar sobre a Gestão Democrática e seus determinantes para a sua implementação, uma vez que a:

Gestão Democrática aqui é compreendida como um processo no qual as pessoas atuam na escola, identificam problemas, discutem, deliberam, planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola, na busca de soluções dos problemas que a escola tenha ou que venham a surgir. Esse processo é sustentado pela participação efetiva de todos os envolvidos na escola (comunidade escolar) (Nascimento; Cavalcante, 2017, p. 206).

¹⁵ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

¹⁶ De acordo com informações da secretária do Departamento de Educação e Cultura – SMEC de Carambeí-PR. Entrevista realizada no segundo semestre de 2023.

As questões apontadas sobre a compreensão de Gestão Democrática e as orientações sobre esse princípio, por parte da SMEC para os CMEIs de Carambeí-PR, leva-nos a entender que a Gestão Democrática ainda é um desafio a ser alcançado. Tendo em conta a análise da entrevista com a SMEC, percebe-se que a representante do órgão entende que a participação da comunidade escolar é necessária, porém pouco se fala em como os mecanismos para a participação se efetivam dentro das instituições, ressaltando que é necessária a melhor compreensão sobre a Gestão Democrática, inclusive pela SMEC.

CAPÍTULO 3

GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao se referir à Gestão Democrática na Educação Infantil da rede pública por intermédio do MHD, faz-se necessário, além de compreender todo movimento histórico e social em que o objeto de estudo está inserido, conhecer o objeto de pesquisa em sua essência, ou seja, a sua realidade e movimento. Para isso, foram realizadas, no início do segundo semestre do ano de 2023, 16 entrevistas contemplando vários sujeitos envolvidos nos atos gestionários dos CMEIs, ou que, pelo menos, deveriam estar envolvidos nesse processo.

Todos os partícipes da pesquisa foram mulheres, sendo, quatro diretoras escolares, quatro pedagogas, quatro professoras e quatro membros da comunidade. As entrevistas foram organizadas por meio de perguntas semiestruturadas e gravados os áudios das mesmas durante sua realização. O áudio e as transcrições das entrevistas se encontram em posse da pesquisadora, a fim de preservar a identidade dos entrevistados, conforme Anexo D.

A amostra foi indicada pela autora, porém os professores e membros da comunidade ficaram a critério de escolha da gestora de cada Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

Dentre os critérios para escolher a professora, as diretoras mencionaram: a professora era a única do quadro efetivo que estava trabalhando; a professora era do quadro efetivo, criteriosa, crítica e expressiva; e, professora com especialização *stricto sensu* poderia contribuir mais com a pesquisa.

De acordo com a observação da pesquisadora, somente uma das diretoras fez um convite geral na sala dos professores, onde estavam os docentes cumprindo hora atividade, duas professoras demonstraram interesse e entraram em consenso em qual iriam participar, a professora que participou da entrevista era do quadro de teste seletivo há três meses, sendo a única professora que não era do quadro efetivo que participou da entrevista entre os quatro CMEIs.

Quanto ao critério que as gestoras usaram para escolher os membros da comunidade, em dois CMEIs, foram: mãe de aluno e membro da APMF; mãe e estagiária do CMEI, para evitar chamar outra pessoa, já que esta conhece bem a instituição e sabe responder questões sobre a temática; e uma funcionária de serviços

gerais da instituição, pelo motivo de morar no bairro, conhecer a comunidade ao redor do CMEI, frequentar a igreja do bairro e já teve filhos que estudaram na instituição.

Das quatro pedagogas entrevistadas, somente duas delas foram eleitas para ocupar o cargo, as outras duas foram indicadas para estarem atuando na função durante três meses para cobrir um período de licença-prêmio das pedagogas eleitas.

De acordo com a observação da pesquisadora, duas diretoras demonstraram desconforto ao serem convidadas para participar da entrevista e pediram o acesso às perguntas antecipadamente, com o discurso que precisavam ter conhecimento das perguntas para não serem surpreendidas no dia da entrevista e não saber responder os questionamentos. Dessas, uma gestora solicitou o questionário semiestruturado de todos os sujeitos que seriam entrevistados para poder escolher os participantes da pesquisa.

Entendemos que essa iniciativa não foi democrática. Porém, acreditamos que este ato não influenciou nos resultados, pois, durante a entrevista, nos momentos livres que os partícipes tinham para falar sobre a Gestão Democrática, as contradições apareceram e foram analisadas no decorrer da pesquisa.

Percebeu-se que três gestoras tomaram o cuidado para indicar somente professores do quadro efetivo, com receio de que as professoras que atuam há pouco tempo no CMEI não tivessem conhecimento dos trâmites gestionários da instituição. Apenas uma gestora teve a iniciativa de fazer um convite a todos os docentes para participarem da entrevista, incluindo também uma professora do quadro de teste seletivo.

Quanto à escolha do membro da comunidade, 50% das gestoras indicou uma mãe (de aluno) que é membro da APMF e 50% uma pessoa que tem vínculo empregatício com a instituição, para não precisar convidar algum responsável para o momento da entrevista.

Todas as entrevistas propostas pela autora foram realizadas e, com a gestora de cada CMEI, foi organizado para que os sujeitos correspondentes a cada instituição, devido à organização e rotina dos CMEIs, participassem da entrevista no mesmo dia.

Após a transcrição das entrevistas, a pesquisadora criou duas categorias, em que serão apresentadas as discussões realizadas no decorrer das entrevistas. Segundo Marx (1974, p.127), “as categorias exprimem [...] formas de modo de ser, determinações da existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada”.

As categorias foram estabelecidas após uma análise prévia da realidade investigada. Sendo elas indicativas de Gestão Democrática e concepções desta na prática dos sujeitos pesquisados. Os aspectos que serão apresentados neste capítulo determinam a existência do objeto desta pesquisa, a Gestão Democrática na Educação Infantil, na realidade investigada, exprimindo a relação dos sujeitos com o objeto de estudo.

3.1 INDICATIVOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

As entrevistas realizadas permitiram que os sujeitos entrevistados pudessem refletir sobre a realidade vivida quanto à Gestão Democrática, abordando suas concepções e as ações que levam os atos gestionários a serem democráticos nos CMEIs.

Dourado (2006, p. 30) traz o sentido de Gestão Democrática, quando diz que:

Gerir democraticamente uma escola pública, uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades, é construí-la coletivamente. Isto significa contrapor-se à centralização do poder na instituição escolar, bem como primar pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão do estabelecimento, na melhoria da qualidade do ensino e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada.

A descentralização do poder aponta para a participação dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar e oportuniza a intervenção na atual forma da sociabilidade por meio de indicativos da Gestão Democrática. Na entrevista realizada com as diretoras escolares, foi questionado sobre os mecanismos eficazes que promovem a participação nos processos decisórios dos CMEIs, as quatro diretoras ressaltaram a importância do diálogo por meio de instâncias colegiadas. A D4 (Diretora 4) aponta que “os meios são reuniões, diálogo, reuniões de pais, PPP, APMF, conselho escolar” e, ainda, ressalta que “são esses órgãos gestores dentro da educação que são o nosso vínculo. São os nossos mecanismos de busca”.

3.1.1 Elaboração, implementação e acompanhamento do PPP

A participação dos membros da comunidade escolar na elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) é um

indicativo que a ação gestonária da instituição está voltada à democracia, uma vez que toda a comunidade escolar está envolvida nesse processo.

Ao tratar sobre a implementação, acompanhamento e avaliação do PPP, as diretoras, abordaram duas realidades. A primeira é a ênfase do pedagógico no PPP, com breve menção à participação da comunidade escolar em sua construção:

Temos PPP, sim. Nosso PPP está tudo em dia, tudo certinho. Houve uma mudança. Antes, o nosso PPP era uma metodologia Freinet. Hoje, nós não trabalhamos mais. Não é que não trabalhe, né? Porque ela é contextualizada com algumas atividades, mas, no nosso novo PPP, nós buscamos colocar Vygotsky, Wallon e Piaget, que são três teóricos bastante importantes. E a gente fez um estudo e nos identificamos muito com as teorias deles. Então, a Educação Infantil tem essa questão de muito afeto, de desenvolvimento. Então, esses teóricos trazem para nós um andar junto. Então, o nosso PPP hoje é dentro desse contexto. E o nosso PPP está tudo certinho, caminhandinho. Se ele é avaliado, por quem? Ele foi avaliado pelo núcleo, né? Quando ele foi constituído aqui com a comunidade escolar, ele passou pela Secretaria de Educação, foi avaliado pelo núcleo e, de lá, a gente teve um retorno dele prontinho, carimbado, certinho. Aprovado (Diretora 4).

A D4 aponta que, ao construir o PPP, houve o cuidado para que ele abordasse pedagogicamente questões da Educação Infantil. Comenta brevemente que houve um estudo realizado pela equipe de professores da instituição, cita a ajuda da comunidade escolar na sua formulação e que a avaliação é realizada pelos órgãos representantes do Estado, porém não explica como aconteceu esse processo. Ressalta-se, nesse aspecto, que a entrevistada não aponta a avaliação contínua do PPP enquanto mecanismo que envolve toda a comunidade escolar. A avaliação do PPP é tida como uma formalidade a ser realizada pelos órgãos superiores, fato que pode denotar fragilidade com esse aspecto tão importante para a implementação da Gestão Democrática nos processos educacionais.

A outra realidade apontada pelas diretoras, é que o PPP não é trabalhado no CMEI. A D3 é clara ao afirmar que “a gente não trabalha muito o PPP dentro da escola, e é uma das coisas que precisa ser revisto”.

Deve ser considerado que o Projeto Político Pedagógico é um documento que precisa estar em constante acompanhamento dentro da instituição, não pode ser constituído apenas como um documento para cumprir normativas, mas sim vivenciado por toda a comunidade escolar durante o processo educativo.

A construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico requerem continuidade das ações, democratização do processo de tomada

de decisões e instalação de uma sistemática de avaliação de cunho emancipatório (Veiga, 2019, p. 169).

A autora nos faz refletir sobre a democratização que o processo de tomadas de decisões envolve durante todo o percurso de construção, implementação, acompanhamento e avaliação do PPP. Para que a democratização aconteça, de fato, a participação é um elemento importante:

A participação requer compromisso com o projeto político-pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente. A participação é um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro (Veiga, 2019, p. 167).

Levando em consideração que a participação da comunidade escolar na constituição, implementação e acompanhamento do PPP deve ocorrer durante todo o processo, durante a entrevista com os sujeitos da pesquisa, foi abordado esta temática com a coordenação pedagógica, com os professores e com os membros da comunidade.

Dentre as coordenadoras pedagógicas entrevistadas, foi citado que o PPP existe desde o início do CMEI e foi passando por reformulações conforme a necessidade da instituição, excluindo o processo de avaliação. Ainda foi ressaltado, por todas, a coletividade na construção do documento:

E a gente fez um grupo de estudos bem prolongado, bem detalhado para poder estar fazendo. Então, a gente chamou os membros da comunidade, os professores, os zeladores. E a gente fez um estudo bem detalhado mesmo para poder fazer a proposta. A versão final eu fiz depois que elas fizeram, e a gente fez bem detalhadinho. A gente segue bem, ninguém trabalha fora da proposta. Foi bem interessante a forma que foi feita (Pedagoga2).

A pedagoga ressaltou que o PPP dessa instituição foi feito coletivamente e que a equipe escolar trabalha de acordo com o mesmo, porém não comenta como é acompanhado e avaliado. Ressalvas como esta não foram abordadas por outras coordenadoras pedagógicas.

Ao tratar sobre o assunto com as professoras nos CMEIs, houve diferentes relatos. Uma professora apontou que o PPP:

de tempo em tempo é feito, é refeito, né? Então, todos participam. Isso eu posso falar assim com toda certeza porque eu acompanho já faz bastante

tempo. Todos participam, todos os funcionários, não é só os professores e equipe. Todos os funcionários participam, é feito divisão assim de grupos de trabalho, onde cada grupo tem professores e tem demais funcionários e então ele foi construído coletivamente mesmo (Professora 4).

Em contrapartida, teve relatos de que o CMEI tem PPP, que é “revisado e atualizado pela pedagoga” (Professora 2); e, ainda, teve uma professora que não sabia se o CMEI tinha o documento porque, segundo ela, “nunca perguntou sobre o PPP da instituição” (Professora 3).

As falas das professoras também indicam fragilidades no trabalho com o PPP, visto que, ao ser “atualizado pela pedagoga” (P2), há a exclusão dos demais envolvidos no processo. Da mesma forma, a indicação de que não há conhecimento sobre a existência do documento pode indicar que esse é considerado apenas uma formalidade, sem impactos no cotidiano escolar. Do mesmo modo, há indicação pela P4 de construção coletiva do PPP, sem preocupação com o acompanhamento e avaliação.

Entendemos que, para atuação docente, é necessário o conhecimento do PPP, uma vez que esse documento norteia todas as ações realizadas dentro da instituição. Portanto, a elaboração, a implementação, acompanhamento e avaliação do PPP devem ter a participação dos professores.

Ao realizar a entrevista com os membros da comunidade, nenhum dos entrevistados sabia o que é o Projeto Político Pedagógico e qual a finalidade do mesmo. Uma das entrevistadas relatou que ela sabe que “o CMEI tem PPP porque ele é citado pela gestão durante as reuniões de pais e responsáveis”, mas desconhece sua importância (C3).

Ao analisar os relatos sobre o Projeto Político Pedagógico dos CMEIs, é possível perceber a contradição entre os sujeitos. Uma vez que a gestão afirma que o PPP é construído e implantado com toda a comunidade escolar, ao passo que pedagogos, professores e representantes da comunidade relatam o contrário.

O projeto político-pedagógico, como proposta, deve constituir-se em tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A esses cabe o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação desse projeto pedagógico.

Se, por um lado, a coordenação do processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é corresponsabilidade dos professores, dos pais e responsáveis, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e dos segmentos organizados da sociedade local, contando, ainda, com a colaboração e a

assessoria efetivas de profissionais ligados às Superintendências Regionais da Secretaria de Estado da Educação (Veiga, 2019, p. 163).

Nesta esteira de pensamento, todos os sujeitos envolvidos com a educação são importantes e devem fazer parte do processo que envolve a constituição, acompanhamento e avaliação do PPP.

Diante das entrevistas realizadas durante esta pesquisa, percebe-se que há um longo caminho para se percorrer até que o processo de construção, implementação e avaliação do PPP dos CMEIs ocorra de forma coletiva. Principalmente no que se refere à gestão da escola propiciar esse meio de participação a toda comunidade escolar, pois fica claro que as gestoras sabem que o melhor meio de se elaborar um PPP é por intermédio da democracia e da participação de todos. No entanto, alguns membros da comunidade mal sabem sobre o documento, sua importância e como é constituído.

Os dados a respeito da construção, implementação e avaliação do PPP indicam que há contradições no entendimento sobre esse importante documento, visto que os gestores indicam conhecer sua importância, mas não há indicativos de que haja acompanhamento e avaliação coletiva. Inclusive a indicação por uma professora e pelos pais sobre o desconhecimento sobre sua existência ou importância denota que, muito provavelmente, o documento se constitui em mera formalidade para cumprimento de exigências legais e normativas.

Entendemos que o PPP construído, implementado e avaliado coletivamente pode contribuir para o processo de Gestão Democrática, visto que envolve toda a comunidade escolar em prol de objetivos comuns, responsabilizando-os pelo processo educativo. Desse modo, quando o PPP é vivo na escola promove-se uma formação coletiva para os processos democráticos. Isso indica que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação do princípio constitucional da Gestão Democrática.

3.1.2 Instâncias colegiadas: o conselho escolar e práticas como o grêmio estudantil

O Conselho Escolar foi uma das instâncias colegiadas abordado pelas diretoras como mecanismo eficaz que promove a participação nos processos decisórios dos CMEIs.

Martins (2015, p. 48) aponta que “os Conselhos Escolares são representações dos diversos, formados por pessoas diferentes, com conhecimentos e interesses variados, têm o objetivo comum de trabalhar em função da escola” e, ainda, que o CE “é uma das estratégias que busca assegurar a participação da comunidade escolar como forma de promover e democratizar as ações e relações nas instituições escolares públicas” (Martins, 2015, p. 204).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Lei nº 9.394/1996 garante às instâncias locais ações para implementação dos Conselhos Escolares (CE). Os municípios têm a liberdade para organizar o pleito e dispor o quadro de conselheiros, atendendo a regulamento próprio, obedecendo às disposições legais, conforme declara a LDBEN nº 9.394/96, artigo 3º, inciso VIII – “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

As diretoras entrevistadas apontaram que os CMEIs têm CE, porém ele não é ativo dentro da instituição. Mesmo uma das diretoras afirmando que quando necessário aciona o CE para tomadas de decisões, não sabia informar quem eram os participantes e como ele foi constituído. Esse fato indica que os CE nos CMEIs do município de Carambeí-PR se constituem em formalidade, ou seja, existem apenas para cumprir legislações. O que se confirma na fala da D1, quando ela ressalta que “Com certeza nós temos conselho escolar. Uma que é uma lei, né? Você precisa ter o conselho escolar”.

“A instituição dos Conselhos Escolares (CE) é uma das estratégias que busca assegurar a participação da comunidade escolar como forma de promover e democratizar as ações e relações nas instituições escolares públicas” (Martins, 2015, p. 204). Além do CE existir é necessário que ele seja ativo dentro da instituição de ensino, principalmente quando a gestão busca efetivar atos gerenciais democráticos. Não existe Gestão Democrática sem o partilhamento do poder com a comunidade escolar.

Ao se tratar do CE com as pedagogas entrevistadas, todas afirmaram que o CMEI onde trabalham tem o CE, porém são claras em dizer que ele não é ativo dentro da instituição. Algumas afirmaram que o CE foi constituído coletivamente, mas se contradizem quando mencionam que não sabem como os integrantes foram escolhidos.

Uma das pedagogas ressalta que existe dificuldade por parte da comunidade para a participação, já que é necessário que os sujeitos estejam presentes e que a maioria são trabalhadores assalariados.

Eu percebo que, lógico, nós temos os que trabalham, vamos dizer assim, os profissionais de carteira assinada, que são empregados, já posso dizer. Não sei se o termo está correto, mas, às vezes, há uma dificuldade no horário. E eu vejo isso muito vinculado ao município de Carambeí, pelas empresas trabalharem 24 horas por dia. Então, nós temos muitos pais que, como o marido de algumas professoras aqui, têm que dormir durante o dia para fazer o seu horário à noite. Então, tudo isso, acho que complementa um pontinho a mais para esse grupo ser mais, não digo mais difícil de participar, mas ser mais restrito mesmo (P1).

Essa pedagoga ressalta uma particularidade do município para o CE não ser ativo dentro do CMEI. A sua economia, que é gerada em torno das indústrias, as quais precisam de mão de obra para a sua manutenção, impossibilitando que os pais e responsáveis participem da vida escolar de seus filhos ou de instâncias colegiadas.

Dentre as professoras entrevistadas, o discurso se repete quanto ao conhecimento de que existe o CE no CMEI, que ele não é ativo e que não sabem como ele foi criado. Uma professora ao ser entrevistada sobre o CE afirma que onde ela trabalha “tem conselho escolar. Ele foi criado através de votação e também segue a normativa da... não sei se é municipal, se é federal, se é estadual, mas existe uma normativa que daí, através dessa normativa é feito o conselho, é montado, né?” (Prof4).

Quanto à comunidade escolar entrevistada, dois dos participantes da pesquisa afirmaram não saber se a instituição de ensino tem CE; um sabia que tem, mas não sabe sua finalidade e um contribuiu com a entrevista apontando que:

tem o conselho escolar. Ele foi constituído onde a gente... Eu faço parte né do conselho. Seria o conselho escolar, é para resolver todas as situações. Fáceis e difíceis. O conselho escolar demanda toda a... uma organização, vamos dizer assim, dentro da escola, dentro do CMEI. A parte burocrática também, se for o caso, você pode ser acionado o conselho escolar em relação a um funcionário, a relação, uma situação com um pai e uma criança. Então, o conselho escolar seria quase um coração, porque se a equipe pedagógica não toma decisão e o conselho escolar se reunir, ela toma decisão pela equipe. E a equipe só tem que aceitar (C4).

Esse foi o único membro da comunidade que abordou sobre a atuação do CE dentro da instituição, percebe-se em seu discurso que, mesmo sendo membro dessa instância colegiada, falta esclarecimento de sua finalidade e sua atuação, uma vez

que este órgão tem representantes de toda a comunidade escolar em seu grupo, inclusive da equipe de professores, posto que cada representante discute os anseios do seu grupo, para, por fim, tomar uma decisão em prol de todos os envolvidos, ao contrário de simplesmente um grupo ter que aceitar a decisão do CE.

Ficou claro, nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa, que os CEs nos CMEIs do município de Carambeí-PR existem para cumprir uma normativa, a fim de suprir a legislação quanto à Gestão Democrática na rede pública de ensino.

No contexto de uma política proclamada democrática, a gestão escolar se mostra esvaziada quando um Conselho Escolar é somente referendado. Essa prática se distancia dos ideais aclamados e das possibilidades de participação popular nas políticas públicas (Cordeiro; Nascimento, 2019, p. 209).

A ideia das autoras coaduna com a análise da pesquisadora, quando aponta que a Gestão Democrática não se efetiva na sua prática, quando o CE é somente para cumprir legislações. Pois este é um dos órgãos mais importante para a efetivação da democracia dentro da escola, uma vez que seu objetivo é assegurar que toda a comunidade escolar faça parte das tomadas de decisões, dando lugar e voz a todos os envolvidos com a educação, por meio de participação, discussão e construção coletiva por meio de um órgão colegiado.

Outro órgão colegiado que foi apontado somente por uma das diretoras entrevistadas é o Grêmio Estudantil Mirim, a diretora explica que ele está de acordo com a orientação da APMF da instituição. Segundo ela, foram escolhidas algumas crianças para fazer parte desse grêmio, em que eles discutem por meio da mediação da equipe gestora e professores, sobre o que as crianças gostam ou não; o que eles querem ter no CMEI; quando vão fazer aulas passeios, eles podem opinar sobre o lugar; as crianças também auxiliam no trabalho docente, como uma monitoria; e que estão sempre em desenvolvimento e aprendizagem (D1).

A diretora ressalta que, como o Grêmio Estudantil do CMEI que ela atua é de crianças que frequentam a Educação Infantil, eles precisam de auxílio e ajuda dos adultos nas tomadas de decisões, porém ressalta a importância de incentivar essa participação, uma vez que é desde a infância que deve ser instigado a “formar líderes e cidadãos responsáveis” (D1).

O Grêmio estudantil, instância colegiada representativa dos estudantes, garante a participação estudantil na gestão escolar democrática, colaborando na luta para se alcançar o objetivo primordial da escola, isto é a oferta de um ensino de qualidade. Esse ensino que deve proporcionar condições aos estudantes para que estes sejam verdadeiros cidadãos, participando ativamente da vida pública e sendo criadores de novos direitos (Paro, 2007, p. 36).

Paro (2007) nos ajuda a compreender a importância de um Grêmio Estudantil para promover a participação dos estudantes dentro das escolas públicas. Na Educação Infantil esta instância colegiada tem a mesma relevância, a fim de trabalhar a formação para a democracia desde a infância. Pois o Grêmio Estudantil permite a participação das crianças para a discussão, planejamento e avaliação da realidade em que vivem.

Enquanto um dos CMEIs busca promover a democracia por meio de um Grêmio Estudantil Mirim, formado por crianças, uma das pedagogas relata que os sujeitos que não participam dos momentos de discussões, planejamento e tomadas de decisões são as crianças, porque as mesmas “não conseguem ter discernimento sozinhas das ações a serem realizadas” (P4).

Franzoni (2015, p. 49) discute sobre a participação infantil nos espaços coletivos, referindo-se aos desafios impostos para a concretização da prática democrática na Educação Infantil quando se pensa em incluir as crianças nos processos de tomadas de decisões. A autora aborda a questão do voto, o qual retira das crianças o poder de participação, uma vez que o meio de participação da criança está moldado na lógica hegemônica e hierárquica da sociedade atual.

Nessa esteira de pensamento, entendemos que a participação da criança em instâncias colegiadas na Educação Infantil é possível, no entanto, é necessário o planejamento democrático e participativo da equipe gestora e docente para que as possibilidades de participação sejam criadas conforme as especificidades da infância, bem como, para que seja criado meios em que a criança possa demonstrar seus interesses e de seu grupo conforme sua faixa etária e linguagem.

3.1.3 Gestão de recursos financeiros: o papel da APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) foi abordada nas entrevistas com os sujeitos desta pesquisa.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), é uma entidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, funciona como órgão de representantes dos pais, professores e funcionários na gestão da escola pública atuando de maneira voluntária, isto é, sem fins lucrativos. E tem como papel contribuir para a elaboração e implementação da Proposta Pedagógica da escola, acompanhando os resultados obtidos e contribuindo para a sua melhoria. Atuando na gestão da unidade escolar, participando das decisões relacionadas à organização e funcionamento da instituição nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros (Paraná, 2002).

A APMF deve contribuir ativamente para a elaboração, implementação e acompanhamento do PPP do CMEI, visando a melhoria da organização nos processos pedagógicos, assim como no administrativo e financeiro.

Esse órgão foi citado pelas diretoras como um mecanismo para a Gestão Democrática, as quais afirmaram que a APMF, além de existir no CMEI, é atuante.

O CMEI tem APMF sim. Agora no novo estatuto também o diretor é o presidente. Então, ela está toda certinha, né? Ela vale até 2026, a nossa APMF. E ela está dentro do estatuto corretamente. Ela é constituída, tanto ela como o conselho escolar, por uma parte de funcionários e professores e uma parte da comunidade escolar, né? Pais e comunidade... (D4)

Além de ressaltar o estatuto que rege a APMF, as diretoras enfatizaram a participação do órgão na questão financeira, pois “quando precisa comprar algo, tomar alguma decisão financeira, a APMF é consultada, também é consultada sobre festa, evento na escola, mais para essas finalidades” (D3).

Embora a questão da arrecadação financeira via APMF para a manutenção das escolas esteja presente na maioria das entrevistas, é preciso considerar que a participação da comunidade nas instâncias colegiadas é um mecanismo para promover a participação nos encaminhamentos das instituições em busca de uma escola de melhor qualidade.

Essa postura acrítica prevalece na maioria das escolas: dificilmente se percebe uma postura contrária frente a tal realidade. Mesmo que APM, como visto, tenha sido criada pelo Estado na perspectiva acima, é pertinente e premente que tal ótica deva ser questionada, uma vez que ela tem apenas contribuído com uma formação equivocada da sociedade. Para isso, novas formas necessitam ser discutidas e construídas. Nesse sentido, a mudança de atitude por parte dos pais é um passo inicial importante e, com o auxílio e estímulo dos professores, tal iniciativa seria facilitada (Silva, 2005, p. 26).

Por mais que a questão financeira seja ressaltada, quando se trata da APMF este órgão vai além de organizar festas e compras de materiais. Veiga (2000) esclarece isso quando diz que:

A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF dará autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário escolar, horário de aulas etc.; enfim, a definição da política global da escola, ou seja, a construção do seu projeto político-pedagógico (Veiga, 2007 p. 120).

A autonomia expressada pela autora só é possível quando a atuação da APMF é efetiva dentro das instituições desde a elaboração e acompanhamento do PPP até as tomadas de decisões por meio da Gestão Democrática.

Nesse sentido, para que a APM seja entendida como uma via para a gestão democrática / participativa acredita-se que é necessário que a gestão escolar seja a principal incentivadora e mediadora deste processo. Além disso, que ela seja a responsável por influenciar e motivar professores, funcionários, alunos e pais a participarem e colaborarem para que os objetivos da instituição escolar sejam alcançados (Viana; Mariotini, 2019, p. 118).

De acordo com as pedagogas entrevistadas nesta pesquisa, os processos decisórios dos CMEIs acontecem por meio do diálogo, e, que todos os sujeitos participam. Já as professoras ressaltam que algumas decisões já são tomadas pela equipe gestora, mas que existe a possibilidade de diálogo.

A APMF é citada por uma professora como meio de participação docente nos processos decisórios da instituição, que inclusive a mesma faz parte, e, na qual os membros foram eleitos durante uma reunião (Prof1).

Os membros da comunidade entrevistados que tinham conhecimento da APMF do CMEI em que fazem parte apontaram a associação como um órgão “para arrecadar fundos, comprar alguma coisa” (C2), já a metade dos entrevistados não sabia o que é e para que serve.

Além de prever em documentação que o CMEI tem uma APMF, é necessário que ela seja atuante na instituição, que seja utilizada como um meio de oportunizar espaços de discussões que venham a contribuir com a Gestão Democrática na escola.

O estatuto da APMF prevê que a mesma deve discutir, aprimorar e integrar família-escola-comunidade; proporcionar condições e prestar assistência aos educandos; estimular a organização de Grêmios Estudantis; representar os interesses

da comunidade; administrar os recursos financeiros; colaborar com a manutenção e a conservação do prédio escolar; acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica, dentre outros.

Durante as entrevistas realizadas, percebeu-se que os gestores têm a APMF como eixo fundante dentro da instituição que corrobora para o desenvolvimento de outras instâncias, como o CE e o Grêmio Estudantil. Porém falta clareza em discutir o que é a APMF, sua importância e como ela desempenha seu papel dentro dos CMEIS.

Quanto à coordenação pedagógica, professores e membros da comunidade, percebe-se que os sujeitos não têm conhecimento sobre a APMF, e sua finalidade de democratizar as decisões do contexto escolar, o que nos leva a entender que não há um real incentivo por parte da equipe gestora para a participação efetiva da comunidade escolar nesse órgão.

Consideramos que a APMF não é vivenciada como iniciativa de democratização das decisões por meio da participação da comunidade escolar na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica do CMEI; mas sim como um órgão que existe dentro dos CMEIs de Carambeí-PR para cumprir formalidades e legislações, uma vez que, sem ela, o(a) diretor(a) escolar não pode gerir os recursos financeiros da instituição.

3.2 CONCEPÇÕES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS

Inserido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Lei nº 9.394/96, o princípio da Gestão Democrática do ensino público deve fazer parte do cotidiano escolar. Para que isso aconteça, é necessário a clara compreensão desse modelo de gestão.

Por meio de entrevistas realizadas durante esta pesquisa, buscou-se discutir a concepção de Gestão Democrática a partir das práticas dos sujeitos entrevistados nos CMEIs do município de Carambeí-PR. Ao serem questionadas sobre o que é Gestão Democrática, as diretoras escolares fizeram questão de ressaltar o trabalho coletivo em que todos(as) tem voz e vez.

Ao discutir sobre a especificidade da gestão na Educação Infantil e sua relação com a democracia, Monção (2013) aponta que, o que para ela é uma de suas principais singularidades:

O compartilhamento da educação e do cuidado das crianças com as famílias é uma das finalidades da educação infantil, e sua natureza revela a especificidade da gestão nessa modalidade educacional, que requer um diálogo permanente entre famílias e educadores, para compreender e respeitar as manifestações infantis e promover a educação da criança. A forma como se dá a parceria entre educadores e famílias, é o que configura a diferenciação de outros segmentos de ensino, cuja participação familiar também é necessária; entretanto, na educação infantil, principalmente por conta da idade das crianças, existe a necessidade de uma atuação maior dos adultos que as cerca, buscando compreender suas necessidades e suas manifestações. Assim, as questões de cuidado e educação da criança pequena são de responsabilidade tanto da instituição educativa quanto da família (Monção, 2013, p. 79).

A autora nos leva a refletir sobre a importância do trabalho em conjunto com a família na Educação Infantil, ressaltando que, nas outras etapas de educação, essa prática também é importante, porém, na Educação Infantil, a parceria entre família e escola necessariamente deve ser mais ativa devido a busca de compreensão da criança. Durante a entrevista, desta pesquisa, a D3 compartilha da mesma ideia da autora, ao tratar que a Gestão Democrática é “todas as pessoas terem voz, inclusive os alunos, que as vezes eles não falam por si, mas os pais repassam” seus desejos e necessidades.

A D4 contribui para a discussão, abordando o que ela entende por Gestão Democrática, ao ressaltar o trabalho em parceria com as famílias e a comunidade escolar e ao afirmar que “a gestão democrática é quando você consegue trabalhar com a sua comunidade escolar, né? Onde você busca orientação, formação, busca ideias e sugestões”; e, ainda, ao apontar quem são os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, “é a questão dos nossos professores, pedagogos, secretária de educação, pais, a comunidade do bairro, porque a escola está situada dentro de um contexto de comunidade, de bairro” (D4).

As quatro diretoras entrevistadas discursaram sobre a participação da comunidade escolar nos processos decisórios dos CMEIs, inclusive a participação das crianças. No entanto, durante a análise da entrevista, a pesquisadora observou que somente uma gestão tem estratégias para participação direta da criança, a qual acontece por meio de um Grêmio Estudantil Mirim. Isso indica que, todas as diretoras sabem que, para a Gestão Democrática ser efetiva, é necessário a participação de todos, inclusive da criança, porém poucos meios são buscados para colocar em prática a participação infantil.

Na entrevista com a coordenação pedagógica, foi ressaltado que a Gestão Democrática é fundamentada pela participação de todos os membros da comunidade escolar, dando oportunidade de participação a todos.

A P2, acerca da Gestão Democrática, expõe que:

Eu acho que a gestão democrática é você dar vez e voz para as pessoas, estarem dando as suas opiniões, poder estar participando do processo decisório, mas que o gestor possa estar absorvendo tudo isso. Para ele... servir como base para ele decidir, porque se não, se você pega e acatar tudo o que dizem, eu não acho que seja democrático, porque nem sempre um fala uma coisa, o outro quer outra coisa. Então, eu acho que ele serve para filtrar, como uma peneira. Para você filtrar ideias boas pra ele aproveitar na gestão dele, mas eu acho que o gestor tem que ter uma base bem fundamentada no que...na direção que ele quer seguir. Aproveitar essas ideias boas para dar um direcionamento no trabalho dele, mas o martelo quem bate é o gestor.

A pedagoga aborda a questão de o diretor escolar ser um mediador entre os membros da comunidade, pois as pessoas têm opiniões diferentes e projetos não podem ser mudados a todo o momento. Segundo ela, o gestor precisa estar na posição de ouvinte e mediador para direcionar as tomadas de decisões.

A P1 afirma que vê a democracia diretamente relacionada ao direito de voto, todavia acredita que “para que o ato seja realmente democrático, você tem que ter consciência de qual é sua atuação enquanto um cidadão dentro de uma situação democrática”. A pedagoga ressalta que essa consciência é importante, independentemente da posição em que se está, situação ou local (P1). A pedagoga ressalta a importância de as pessoas compreenderem o que é uma Gestão Democrática e em que ela implica.

Veiga (1995, p. 18) auxilia nos nessa compreensão, ao afirmar que:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

A gestão democrática escolar é uma prática sociopolítica, que organiza, orienta e promove a educação, mediando as orientações dos sistemas educacionais e as decisões e ações dos diferentes atores nas instituições de ensino. Portanto, não se trata apenas de uma atividade legislativa, mas de uma prática educativa que constitui, no corpo coletivo das instituições, os valores, as atitudes, os

comportamentos e as formas de pensar os processos e práticas decisórias por meio do diálogo e participação de todos.

Visto a importância da compreensão acerca da Gestão Democrática na Educação Infantil, os professores também participaram da entrevista quanto a sua concepção desse modelo de gestão. As professoras citaram que a Gestão Democrática é embasada “na participação do coletivo entre diretora, pedagoga, professora e pais” (Prof3) e, ainda, que a Gestão Democrática dá “a segurança de saber que você faz parte do processo e que qualquer coisa que te afete diretamente ou até indiretamente, você pode participar desse processo de decisão” (Prof4).

Na entrevista com os(as) professores(as), percebe-se a ausência de preocupação quanto à participação da criança nos momentos decisórios da instituição.

Para os membros da comunidade, foram instigadas reflexões que resultassem em nos esclarecer se eles conhecem os processos decisórios e se os atos gestionários dos CMEIs, no qual fazem parte, são democráticos. Ao discutir sobre como são organizados os momentos de tomadas de decisões na instituição, dois deles não souberam responder, os demais indicaram as reuniões com os pais, entrega de pareceres avaliativos, momentos de autorização e ajuda para organizar eventos.

Quando questionados se são chamados para participar dos momentos decisórios do CMEI, todos afirmam que sim, porém ressaltaram que não é sempre que conseguem participar, devido ao horário de trabalho. O C4 explica um pouco de como acontece a sua participação.

Sempre, sempre fui chamada. Para ver as prioridades que precisa, tomar as decisões, se for da APMF, que precisa fazer as compras. Se for do conselho escolar, que precisa tomar uma decisão em relação a alguma coisa aqui dentro do CMEI, sempre é chamado o conselho. Mostrado para o pai e para a mãe, sabe? O que que precisa ser feito. Você acha que... as vezes tem pais que podem discordar e dizer assim... mas viu, a Prefeitura tem a capacidade de favorecer. Vamos esperar mais um pouco. Então, existe essa liberdade, essa conversa (C4).

Nesse caso, o membro da comunidade relata sobre o diálogo e decisões que são tomadas pela APMF e CE, órgãos que contribuem para uma Gestão Democrática.

Quando questionados sobre a existência de alguma dificuldade para a participação efetiva em todos os âmbitos no CMEI, todos os membros da comunidade informaram que não existe nenhum desafio ou dificuldade. Porém, ao analisar a

entrevista com os membros da comunidade, percebe-se a contradição na fala dos mesmos, pois estes afirmam em outro momento da entrevista que a dificuldade para participar é a falta de tempo devido ao trabalho.

Pode-se perceber que existe uma falta de entendimento referente ao empoderamento que a Gestão Democrática dá a comunidade. As possibilidades de empoderamento da comunidade envolvida são fundamentadas em dois pilares: democracia e participação. “A democracia é dinâmica e está em permanente construção de possibilidades e a participação torna óbvia a partilha do poder” (Veiga, 2019, p. 167).

Ao mesmo tempo que os(as) entrevistados(as) não sabem responder como acontecem as tomadas de decisões no CMEI, eles(as) afirmam que não têm dificuldades de participação. Percebe-se, aqui, que eles(as) não têm conhecimento em que se baseia a participação, em que momento ela se faz importante e o quanto ela é necessária.

Se existe falha na compreensão sobre como a Gestão Democrática acontece ou não dentro dos CMEIs, entende-se que as equipes gestoras e a SMEC, mesmo tendo conhecimento, não estão articulando meios efetivos para desenvolver uma Gestão Democrática na sua prática, cumprindo-a somente por meio de atividades previstas nas legislações atuais.

As análises dos dados de pesquisa indicam que as práticas de Gestão Democrática estão circunscritas a poucos momentos em que há participação efetiva. Visto que, embora os sujeitos indiquem argumentos sobre participação, essa não se evidencia na realidade. No entanto, é preciso considerar que a Gestão Democrática se constitui em processo e, como tal, é permeado de contradições.

Portanto, mesmo a Gestão Democrática, na Educação Infantil, não sendo efetiva, é preciso compreendê-la como possibilidade a ser perseguida, pois pode colaborar para o avanço coletivo, tanto de alunos quanto de adultos envolvidos na comunidade escolar (pais, professores, pedagogos, diretores). As práticas de Gestão Democrática precisam ser valorizadas, pois a democracia vivida possibilita uma vida desvinculada das amarras autoritárias que conduzem à subserviência e à desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do problema, desta pesquisa, delimitado como: Quais são as concepções sobre as práticas de Gestão Democrática que se fazem presentes no contexto da Educação Infantil de Carambeí-PR? Conseguimos apreender indicativos de Gestão Democrática na Educação Infantil.

A análise bibliográfica, permite-nos perceber a escassez de trabalhos voltados para a etapa da Educação Infantil no que se refere à Gestão Democrática e que a preocupação dos poucos pesquisadores que estão estudando sobre a temática está em discutir a Gestão Democrática por meio de questões pontuais como: participação, CE, PPP, a prática do(a) gestor(a), concepções de gestão, representatividade racial e a garantia de direitos da criança.

O referencial teórico utilizado auxiliou na compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo. A partir dele discutimos a Gestão Democrática como princípio da escola pública, tendo como pressuposto que este não se desvincula da luta política, pois possibilita um avanço social por meio da ação democrática de dentro para fora da escola.

Durante a pesquisa, foi identificadas relações entre as previsões legais e as concepções sobre as práticas de gestão nas instituições de Educação Infantil de Carambeí-PR, isso foi possível ao analisar as entrevistas realizadas à luz da teoria estudada.

As entrevistas permitiram identificar práticas e ações que indicam a intenção de Gestão Democrática no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR, pois, ao analisarmos a fala da secretária do Departamento de Educação e Cultura, percebe-se que há intenção de praticar uma Gestão Democrática, porém, quando analisado a fala das diretoras, percebe-se ausência de orientação e formação para as equipes gestoras dos CMEIs.

As gestoras entrevistadas têm conhecimento dos atos que levam uma gestão a ter caráter democrático e apontam mecanismos de Gestão Democrática presentes no CMEI. No entanto, ao analisar a entrevista com os demais sujeitos (coordenação pedagógica, professores(as) e membros da comunidade), a falta de conhecimento dos(das) mesmos(as), leva-nos a entender que os indicativos se evidenciam como instâncias para se cumprir burocracias e legislações vigentes.

Após a análise das entrevistas, percebe-se que o termo “participação” está presente na fala de 100% dos sujeitos entrevistados no que se refere à concepção de Gestão Democrática. Contudo os sujeitos não demonstram ter conhecimento da dimensão que a participação tem dentro de uma Gestão Democrática, uma vez que dizem participar dos processos decisórios das instituições, em contrapartida, afirmam não ter conhecimento de alguns indicativos apontados pela gestão.

Segundo Paro (2003), a participação não acontece de forma espontânea:

tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quando considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo e de exclusão da divergência nas discussões e decisões (Paro, 2003, p. 46).

Ao refletir sobre a ideia do autor, consideramos que é preciso criar um processo coletivo, em que o CMEI incentiva e propicia a participação efetiva da comunidade escolar, e, os gestores se tornam sujeitos principais nesse processo.

Vale destacar que quando se fala em participação, a fim de contribuir para a Gestão Democrática, esta visa compreender o estado, a gestão escolar, a coordenação pedagógica, os professores, os pais e as crianças. Durante a pesquisa, percebeu-se pouca possibilidade de participação da criança no contexto da Educação Infantil no município de Carambeí-PR, sendo que somente um CMEI criou uma instância colegiada que propicia a participação infantil nas tomadas de decisões da instituição. Por meio de um estudo futuro, buscaremos discutir a importância das crianças – sujeito para qual a Educação Infantil foi pensada – nos processos decisórios dos CMEIs.

Segundo Veiga (2019, p. 169), “A gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um princípio, mas também como um objetivo a ser atingido, para configurar-se como uma prática educativa inserida no contexto da escola”.

Ao analisar os dados desta pesquisa, concluímos que a Gestão Democrática na Educação Infantil no município de Carambeí-PR ainda é uma realidade a ser conquistada. Para tanto, mostra-se necessário buscar meios para que a Gestão Democrática ultrapasse o âmbito das exigências legais e atinja a realidade escolar, de modo a envolver todos os sujeitos e colaborar para ao avanço da qualidade social

da educação, visto que a democracia vivida em plenitude pode colaborar para a luta política em sociedades desiguais e contribuir para a superação de tais desigualdades.

Nesse sentido, a democracia vivida em todos os setores da vida, inclusive no contexto escolar, colabora para a formação de sujeitos que pensem coletivamente em prol de objetivos comuns. A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, pode se constituir em campo *sui generis* para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. V. V. **As formulações para a gestão da educação básica no estado de Mato Grosso do Sul em interseção com as ações da União (1988-2014)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

ALVES, N. N. de L. Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 267–285, 2016. DOI: 10.21573/vol32n012016.60181. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60181>. Acesso em: 2 out. 2022.

BORGES, R. PANDINI-SIMINIANO, L. Desafios da Gestão na Educação Infantil: Entre Concepções e Práticas de Gestoras. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 3, p.544-558, 2019. Disponível em: [https:// educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v23n3/2177-6210-edunisinos-23-03-544.pdf](https://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v23n3/2177-6210-edunisinos-23-03-544.pdf). Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Livro de estudo: Módulo II. v. 2. LOPES, K. R.; MENDES, R. P.; FARIA, V. L. B. de (orgs). Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de Educação a Distância**, 2005c. 70p. (Coleção PROINFANTIL; unidade 2).

BRASIL. Livro de estudo: Módulo III. v. 2. LOPES, K. R.; MENDES, R. P.; FARIA, V. L. B. de (orgs). Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de Educação a Distância**, 2006c. 68p. (coleção PROINFANTIL; unidade 6).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasileira, 2007. v. 4. Brasília: MEC, 1996.

CARAMBEÍ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Municipal de Educação-PME**. Prefeitura Municipal de Carambeí-PR, 2006.

CARAMBEÍ. **Plano Diretor Municipal de Carambeí-PDMC**. Prefeitura Municipal de Carambeí – PR, 2007.

CARAMBEÍ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Municipal de Educação-PME**. Prefeitura Municipal de Carambeí-PR, 2015.

CARAMBEÍ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretores**. Prefeitura Municipal de Carambeí-PR, 2022.

CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 35–43, 1 jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100004>. Acesso em: 2 out. 2022.

CORDEIRO, P. D. S.; NASCIMENTO, A. M. Gestão democrática na Educação Infantil: desafios dos conselhos escolares. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 31, p. 202–224, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/26427>. Acesso em: 2 out. 2022.

DOURADO, L. A. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação o Brasil. In: FERREIRA, N. C. (Org.) **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001. p. 77-96.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FLACH, S. F. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Revista Contexto & Educação**, ano 27, n. 87, p. 4- 25, jan/jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/191/307>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FLACH, S. F.; CALDAS, J. F. F. A garantia do direito à Educação Infantil para os filhos da classe trabalhadora nos Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná. **Revista Textura**, v. 18, p. 206-229, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1763>. Acesso em: 1 jan. 2023.

FLACH, S. F.; LIMA, M. F. (Indi)gestão democrática e (de)formação de gestores escolares por agentes privados. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/124331>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FLACH, S. F.; SAKATA, K. L. S. O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-PR. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, p. 549-569, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/63863>. Acesso em: 08 jul. 2023. Acesso em: 2 out. 2022.

FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Educação desinteressada e a análise de políticas educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 3 [77], p. 780-797, jul./set. 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652086/18611>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FRANZEN, K. G. **O Projeto político pedagógico e a gestão democrática na educação infantil**: uma proposta de construção dialógica na rede municipal de ensino de Toropi-Rs. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e

Gestão Educacional). – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16595>. Acesso em: 9 jul. 2023.

FRITSCHÉ, S. **Gestão democrática da educação infantil**: desafios, fragilidades e possibilidades. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC: UNIVALI, 2019.

FRANZONI, J. R. A. **Gestão democrática e práticas participativas na educação infantil**: um estudo de caso numa creche municipal. 2015. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GONÇALVES, L. K. **Limites e possibilidades da gestão escolar democrática em escolas públicas municipais de Ponta Grossa/PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

HASCKEL, S. **Gestão Democrática Na Educação Infantil**: A Eleição Para Diretor De Creche. 2005. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: BU, 2005.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA E SOCIAL. 1989. **Zoneamento do litoral Paranaense**. Curitiba: IPARDES-Fundação Edison Vieira. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=46&btOk=ok. Acesso em: 17 ago. 2023.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUZ, A. J. C. **As implicações da reorganização do estado brasileiro (a partir dos anos 1990) nos processos de planejamento da educação brasileira e o controle social**: o caso do Plano Municipal de Carambeí (PR) 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Unicentro, Guarapuava, 2014.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em Educação: desafios atuais. *In*: CARVALHO, M. V. C. de; CARVALHÊDO, J. L. P.; ARAUJO, F. A. M. **Caminhos da pós-graduação em educação no Nordeste do Brasil**: avaliação, financiamento, redes e produção científica. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 73-82.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**. v. 40, n. 2, 2017, pp. 160-173. ISSN 1981-2582. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-25822017000200160&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 de nov. 2023.

MAINARDES, J.; CURY, C. R. J. Ética na pesquisa: princípios gerais. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 23-29. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.

MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. M. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em Educação. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 130-133. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

MARTINS, G. B. **Gestão Democrática Na Educação Infantil**: Qual O Lugar Dos Conselhos Escolares? 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas: Centro Universitário La SalleUnilasalle, 2015. Disponível: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/617>. Acesso em: 2 out. 2022.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bauer e Stirner, e do seu socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. v. 1. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Santana, 18ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. *In*: **Marx**: Os pensadores. SP: Abril Cultural, 1974.

MELLO, K. P. de; ALVES, A. V. V. A concepção de gestão educacional e do Conselho Escolar no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Horizontes – Revista de Educação**. ISSN 2318-1540, v. 7, n. 14, p. 202–215, 2019. DOI: 10.30612/hre.v7i14.9989. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/9989>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MENEZES, H. C. M; ZIENTARSKI, C. Gestão democrática da escola pública: dominação e resistência. *In*: NARDI, E. L., CARDOZO, M. J. P. B. Cardozo (orgs.). **Democracia e gestão da educação em perspectiva**. 1 ed. v. 1, Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2019, p. 21-53.

MONCAO, M. A. G. **Gestão democrática na educação infantil**: o compartilhamento da educação da criança pequena. 2013. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo: FEUSP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-151305/pt-br.php> Acesso em: 2 out. 2022.

MONÇÃO, M. A. G. Educação infantil e gestão democrática: desafios do cotidiano para a garantia dos direitos das crianças. **Comunicações**, v. 26, n. 3, p. 167- 189, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/4293/2376>. Acesso em: 2 out. 2022.

MOSS, P. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicol. USP [online]**, v. 20, n.3, pp. 417-436, 2009. ISSN 1678-5177. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42007>. Acesso em 18 nov. 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Gestão democrática na educação infantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 190–214, 30 abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9991>. Acesso em: 2 out. 2022.

NÚCLEO DE MÍDIA E CONHECIMENTO. **Parque Histórico de Carambeí**: Catálogo. Curitiba: Farol dos Reis, 2016.

ONOFRE, L. S. **Atores hegemônicos e não hegemônicos**: territorialidades históricas do Município Carambeí – PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Superintendência de Gestão da Infra-Estrutura. Coordenação de Fortalecimento da Gestão Escolar. **Guia de gestão escolar**: informações e orientações práticas para o dia-a-dia da escola pública. Curitiba: SEED/SGI, 2002.

PARO, V. H., **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo, Ática, 2003.

PARO, V. H. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pró-posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2022.

RIBEIRO, R. M. C. A construção política e histórica do conceito de democracia. *In*: NARDI, E. L., CARDOZO, M. J. P. B. (orgs.). **Democracia e gestão da educação em perspectiva**. 1 ed. v. 1, p. 85-110. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2019,

SATO, Á. J. *et al.* **Formação histórica de Carambeí**: etnias, cultura e território. Carambeí: Prefeitura Municipal de Carambeí, 2008. 170 p.

SILVA, M. Q. CRUZETTA, D. D. A representatividade racial na função de diretora nos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Curitiba em 2016: um limite para a democracia? **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6GBGchb5psshPGGnSy5FpkS/>. Acesso em: 2 de out. 2022.

SILVA. Autoavaliação e Gestão Democrática Na Instituição Escolar. **Ensaio**, v. 18, n. 66, p. 49–64, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8nhBfdGsPsFgKX4b66hFWwL/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 2 de out.

SILVA, A. G. **A Associação de pais e mestres (APM) e a gestão da escola pública no estado do Mato Grosso do Sul**: o caso de Campos Grande (1995 - 2000). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005.

SILVEIRA, T. A. T. M.; ARAÚJO, C. S. Gestão democrática na Educação Infantil: uma análise da RBP AE no período de 2000 a 2012. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 31, n. 3, p. 697-717, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/63816/37033>. Acesso em: 2 out. 2022.

SOUZA, Â. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 03, p.123-140, Belo Horizonte. dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2 ed. Maceió, 2016.

VERCELLI, L. D. C. A. Resenha. Gestão na Educação Infantil: cenários do cotidiano, de Maria Aparecida Guedes Monção São Paulo: Loyola, 2021, 278 p. **EccoS – Revista Científica**, n. 59, p. 1–4, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/20668>. Acesso em: 2 out. 2022.

VEIGA, I. P.A. "Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática. Novos marcos para a educação de qualidade". **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 2 out. 2022.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P.A (Org.) **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995. p. 11-35.

VEIGA, Z. de P. A. As Instâncias Colegiadas da Escola. *In*: VEIGA, I. P. A., REZENDE, L. M. G. de (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2007, p. 113-125.

VIANA, L. G; MARIOTINI, S. D. Gestão democrática da escola pública: o papel da APM como instituição auxiliar. **Cadernos de Educação Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 6 n. 1 p. 111-126, 2019. ISSN 2357-9358. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/79/22042019214852.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

1. Idade e formação do entrevistado:
2. Como é o trabalho de gerir uma secretaria de educação nos dias de hoje?
3. O município tem diretrizes/matrizes curriculares próprias para o ensino, levando em consideração as peculiaridades locais?
4. O que você entende por “gestão democrática”?
5. A Secretaria de Educação tem diretrizes que viabilizem a gestão de forma democrática diante das instituições que ela orienta? Quais?
6. Você identifica sua ação gestora como democrática? Por quê?
7. No município há diretrizes/indicações para a efetivação da gestão democrática em escolas e CMEIs? Quais?
8. Como a Proposta Pedagógica de Escolas e CMEIs é estabelecida? A SME tem proposta única para todas as escolas e CMEIs? Tem alguma participação na elaboração da proposta
9. No município, há diretrizes/indicações para a organização de Conselhos Escolares em Escolas e CMEIs? Quais?
10. Quais os requisitos para ser diretor/gestor de um CMEI no município? Existe alguma diretriz norteadora?
11. Como acontece a escolha de diretores/ gestores no CMEIs atualmente?
12. A secretaria promove formação aos diretores/gestores? Se sim, como acontece? A partir de qual diretriz? Com que objetivo e frequência?
13. A secretaria acompanha o trabalho dos diretores/gestores? Como?
14. Você percebe ações gestionárias diferenciadas na educação infantil em comparação com outras etapas da educação? Se sim, qual?
15. Você identifica a democracia nos atos gestionários dos CMEIs? Em que momento?
16. Você percebe algum desafio ou limite para que a gestão aconteça de forma democrática nos CMEIs? Se sim qual?

17. Você percebe que as ações gestonárias democráticas nos CMEIs apresentam algum tipo de possibilidades, tanto para gestores, professores e responsáveis por alunos? Se sim, qual?
18. Você quer comentar algo que não foi questionado até o momento quanto à gestão democrática?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM OS GESTORES

1. Idade e formação do entrevistado
2. Como é o trabalho de gerir um CMEI nos dias de hoje?
3. Quais as dimensões do trabalho de um gestor que predominam no seu tempo? (Financeiro, administrativo, pedagógico, entre outros) E porquê?
4. Você tem conhecimento das atribuições do gestor escolar? Como você se sente diante dessas atribuições?
5. Como acontecem as orientações da unidade mantenedora quanto ao trabalho do gestor?
6. A unidade mantenedora promove formação para o exercício da função? Se sim, você considera o suficiente?
- 6.1 As questões democráticas são abordadas em algum momento na formação? Se sim, de que forma e com qual importância?
7. O que você entende por “gestão democrática”?
8. Quais mecanismos você considera eficaz e que promovem a participação nos processos decisórios do CMEI?
9. O CMEI que você trabalha tem PPP? Como foi construído e em que ano (o último)? Há processos de acompanhamento e avaliação do mesmo? Se sim, como isso acontece?
10. O CMEI em que você trabalha tem conselho escolar? Se sim, como foi constituído e qual é o interesse que a sociedade para a participação?
11. O CMEI em que você trabalha tem APMF? Se sim, como os membros foram eleitos?
12. A gestão promove a participação dos professores e demais funcionários da instituição nos processos decisórios? Se sim, como isso acontece?
13. Quais as oportunidades que o CMEI promove para a participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos?
14. Você percebe algum limite/desafio para que seus atos gestionários aconteçam de maneira democrática? Se sim, qual?
15. Você percebe algumas possibilidades que a ação democrática pode gerar na instituição que você trabalha? Se sim, qual?

16. Como são encaminhadas as questões pedagógicas da escola? Quem participa?
Quais critérios?
17. Você acredita que tem autonomia para gerir a escola? Explique:
18. Você quer comentar algo que não foi questionado até o momento quanto à gestão democrática?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

1. Idade e formação do entrevistado:
2. Como é o trabalho de coordenar pedagogicamente em um CMEI nos dias de hoje?
3. Quais as ações que predominam no seu tempo? E porquê?
4. Você tem conhecimento das atribuições do pedagogo escolar? Como você se sente diante dessas atribuições?
5. Acontecem formações para os pedagogos? Se sim, quem promove? Como acontecem?
6. Tem alguém que auxilie seu trabalho? Se sim, quem? E como?
7. Como os processos decisórios acontecem na instituição que você trabalha?
8. Você percebe que o CMEI em que você trabalha é um espaço onde todos (responsáveis, professores, demais colaboradores) têm possibilidade de participação? Se sim, como participam? Se não, porque você percebe isso?
9. Quem são as pessoas que mais participam dos processos decisórios da instituição? Porquê? E como participam?
10. Quem são as pessoas que menos participam ou que não participam dos processos decisórios da instituição?
11. O CMEI em que você trabalha tem PPP? Como ele foi constituído? Quando? Por quem?
12. O CMEI em que você trabalha tem Conselho Escolar? Como ele foi constituído? Quando? Por quem?
13. O que você entende por “gestão democrática”?
14. Você percebe algum limite/ desafio para que os atos gestionários aconteçam de maneira democrática onde você trabalha? Se sim, qual?
15. Você percebe algumas possibilidades que a ação democrática pode gerar na instituição que você trabalha? Se sim, qual?
16. Você quer comentar algo que não foi questionado até o momento quanto à gestão democrática?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

1. Idade e formação do entrevistado:
2. Como é o trabalho de um professor de educação infantil nos dias atuais?
3. Quais as ações que predominam no seu tempo? E porquê?
4. Você tem conhecimento das atribuições do professor de educação infantil? Como você se sente diante dessas atribuições? Como você sabe dessas atribuições?
5. Acontecem formações para os professores? Se sim, quem promove? Como acontecem?
- 5.1 Você julga essas formações o suficiente para o trabalho docente?
6. Tem alguém que oriente seu trabalho? Se sim, quem? E como?
7. Como os processos decisórios acontecem na instituição que você trabalha?
8. Você percebe que o CMEI em que você trabalha é um espaço onde todos (responsáveis, professores, demais colaboradores) têm possibilidade de participação? Se sim, como participam? Se não, porque você percebe isso?
9. De acordo com sua vivência diária, quem são as pessoas que mais participam dos processos decisórios da instituição? Porquê? E como participam?
10. De acordo com sua vivência diária, quem são as pessoas que menos participam ou que não participam dos processos decisórios da instituição?
11. O CMEI em que você trabalha tem PPP? Como ele foi constituído? Quando? Por quem?
12. O CMEI em que você trabalha tem Conselho Escolar? Como ele foi constituído? Quando? Por quem?
13. O que você entende por “gestão democrática”?
14. Segundo seu entendimento, o diretor/gestor tem quais funções?
15. Você acompanha o trabalho do diretor do CMEI que você trabalha? Se sim, como?
16. Quais são as possibilidades de participação docente nos processos de tomadas de decisões do CMEI?
17. Você quer comentar algo que não foi questionado até o momento quanto à gestão democrática?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS DA PESQUISA COM MEMBROS DA COMUNIDADE

1. Idade e formação do entrevistado:
2. Você tem filhos estudando nesse CMEI? Quantos? Qual idade da criança e a quanto tempo ela estuda na instituição?
3. Você acompanha a vida escolar da sua criança? De que forma? (Como sabe dos tramites da instituição?)
4. Para você, qual é a função de um diretor escolar?
5. Você conhece o gestor/ diretor do CMEI onde sua criança estuda? Tem acesso a ele? Conhece o trabalho desenvolvido por ele?
6. Você é chamado para discutir/participar das decisões que ocorrem no CMEI? Em que momentos isso acontece? De que forma?
7. Você já ouviu falar em Projeto Político Pedagógico? Sabe para que ele serve? E como foi elaborado?
8. Você sabe se o CMEI tem conselho escolar? Se tem, você sabe como ele foi constituído e sua importância? O que seus membros fazem?
9. Você sabe se o CMEI tem APMF? Se tem, você sabe como ela foi constituída e sua importância? O que seus membros fazem?
10. Quais as oportunidades que a escola promove para que os responsáveis participem da vida escolar dos alunos?
11. Você sabe como são organizados os momentos de tomada de decisões na instituição escolar? Há reuniões? Há consulta por escrito aos responsáveis?
12. Você tem alguma dificuldade para que sua participação na escola? Se sim, qual?
13. Você tem conhecimento de como são encaminhadas as questões Pedagógicas da escola? Quem participa? Quais critérios? Você percebe que o diretor tem liberdade para organizar a escola como achar melhor para a comunidade? Isso ocorre? Porque?
14. Qual sua opinião sobre o diretor da escola? Como você avalia o seu trabalho em relação às necessidades financeiras, administrativas e pedagógicas?
15. Você gostaria de fazer mais algum comentário que não foi aqui abordado sobre a gestão da escola em que seu filho estuda?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar de Pesquisa sobre a Gestão Democrática na Educação Infantil da rede pública, sob a responsabilidade da mestranda Gessica Lucif, devidamente orientada pela Prof. Dra. Simone de Fátima Flach. A pesquisa tem o objetivo de analisar as concepções e as práticas de gestão democrática que se fazem presentes no contexto educacional de Carambei - PR

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Se aceitar participar, estará contribuindo para a análise. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa e se sentir desconfortável por algum motivo, pode deixar de responder a pergunta sem expor o motivo. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas **sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo** de acordo com os princípios que regem a ética em pesquisa. Informamos que uma via deste TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido) ficará com o participante.

As resoluções 466/2012 e 510/2016 informam que toda pesquisa em seres humanos apresentam um potencial risco, nesse caso, os riscos podem ser relativos ao cargo ocupado do entrevistado o qual pode se sentir desconfortável em responder perguntas que retratam a realidade discutida, por isso, as informações obtidas devem ser mantidas em sigilo e no anonimato para preservação da privacidade e da confidencialidade dos dados dos participantes. Todos os dados dos protocolos de pesquisa em análise devem estar sob sigilo, em razão do compromisso de confidencialidade, respeito à proteção da individualidade, observância aos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (Lei nº 9.279/1996) e em cumprimento ao §1º do art. 13 e artigo 11, Resolução CNS nº 446/2011; item X.1, 3, a, Resolução CNS nº 466/2012 e item 2.1 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora ou a orientadora da pesquisa pelos E-mails: gessicalucif@gmail.com, sfflach@uepg.br.

Este termo tem autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG, e qualquer dúvida pode ser esclarecida no endereço eletrônico (<https://www2.uepg.br/propespcep/atendimento/>), ou pelos meios abaixo relacionados:

Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Av. Carlos Cavalcanti, 4748 – Uvaranas
Bloco da Reitoria - Sala 22 – Campus Uvaranas
CEP: 84030-900 – Ponta Grossa – PR
E-mail: proespsecretaria@uepg.br
Telefone: (42) 3220-3282

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o assunto que a acadêmica mencionada acima pretende pesquisar, entendi porque precisa da minha colaboração e ainda entendi a explicação sobre a questão ética da pesquisa. Diante disso, eu concordo em participar da pesquisa, mesmo sabendo que não vou receber nada devido a minha participação, que posso desistir de participar quando/se quiser e que minha identidade será mantida em sigilo.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Data: ____/____/2023.

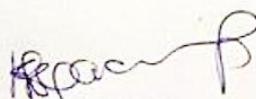
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Eu, Katia Harms, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação no Município de Carambei- PR, após ser informada sobre os objetivos de pesquisa a qual versa sobre as concepções e práticas de gestão democrática na educação infantil, se tratando de uma pesquisa de Mestrado de Gessica Lucif, sob a orientação da Prof. Dra. Simone de Fátima Flach, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, **autorizo** a execução da mesma durante o ano de 2023, para a realização da coleta de dados nos quatro Centros Municipais de Educação Infantil do município.

A pesquisa a ser realizada será qualitativa, de tipo exploratória, tendo como estratégias par a coleta de dados as entrevistas semiestruturadas-realizadas de forma presencial com Gestão da SME, Diretoras, Coordenadoras Pedagógicas, Professores e Pais das Instituições de Educação Infantil do município de Carambei.

Caso necessário, como instituição coparticipante desta pesquisa, poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à rede de ensino, e/ou qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta rede. Declaro não ter recebido nenhum pagamento por esta autorização, bem como os participantes também não poderão receber quaisquer pagamentos.

Carambei, 19 de maio de 2023.


Katia Harms
Sec. Mun. de Educação e Cultura
Portaria nº 11/2021

ANEXO C – PARECER APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A gestão democrática nos centros municipais de educação infantil de Carambei/ PR: uma análise sobre as concepções e práticas.

Pesquisador: GESSICA LUCIF

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70442923.9.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.218.463

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

A gestão democrática nos centros municipais de educação infantil de Carambei/ PR: uma análise sobre as concepções e práticas. Propõe-se para essa pesquisa, investigar quais as concepções e práticas da gestão democrática na educação infantil no município de Carambei-

PR. Para isso, pretende-se ter como campo de pesquisa os quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que tem no município. Visto que

é uma pesquisa original e que não se tem outra com a mesma temática voltada para o mesmo campo de pesquisa, a mesma se mostra importante

para que as concepções e práticas na gestão democrática na educação infantil sejam elencadas, entendidas e diante do estudo realizado seja

provocado reflexões acerca do referido princípio da educação no referido campo de pesquisa.

A pesquisa terá característica exploratória e de forma descritiva será realizado uma pesquisa de campo. O instrumento utilizado para a pesquisa

será a escuta ativa, tendo como base um breve questionário elaborado pela pesquisadora. Essa proposta não apresenta existência de intervenção

direta na unidade pesquisada, além de, se caracterizar como não experimental.

A amostra a ser estudada durante essa pesquisa é composta por dezessete pessoas, sendo composta por: secretária municipal de educação,

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvararanas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 6.218.463

quatro diretoras (es), quatro pedagogas(os), quatro docentes e quatro membro da comunidade (o número de participantes, correspondem a quantidade de CMEI que o município apresenta). Pesquisa de mestrado, com coleta de dados por entrevista semiestruturada com 17 sujeitos. Previsão de realização de campo de maio a agosto de 2023.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as concepções e as práticas de gestão democrática que se fazem presentes no contexto educacional de Carambeí – PR.

Objetivo Primário:

Analisar as concepções e as práticas de gestão democrática que se fazem presentes no contexto educacional de Carambeí – PR.

Objetivo Secundário:

- Identificar possíveis relações entre as previsões legais, as produções acadêmicas e a prática de gestão nas instituições de educação infantil de Carambeí.
- Descrever práticas e ações que indiquem a gestão democrática no contexto da educação infantil.
- Analisar a presença ou ausência de gestão democrática no contexto da educação infantil no município de Carambeí.
- Indicar possíveis ações para a vivência da gestão democrática na educação infantil

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Um risco desta pesquisa pode ser o desconforto por parte do entrevistado em participar desse momento, nesse caso, os riscos podem ser relativos ao cargo ocupado do entrevistado o qual pode se sentir desconfortável em responder perguntas que retratam a realidade discutida. Para isso, será feito um convite de forma oral para os supostos sujeitos contribuírem com a pesquisa levando em consideração a disponibilidade de horários e dias do partícipe, será feito a leitura e dado a cópia do T.C.L.E e a entrevista será conduzida de maneira coesa com o assunto tratado, vale ressaltar que no Termo de Consentimento Livre, ficará claro que em qualquer momento o partícipe da entrevista pode desistir de continuar participando sem nenhum dano a pessoa e que se o entrevistado não quiser, ele pode deixar de responder questões que não se sente confortável por algum motivo em responde-las.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.218.463

Benefícios:

A pesquisa assim que finalizada será defendida e disponibilizada ao público, o que torna um benefício o conhecimento gerado através de uma pesquisa científica, as reflexões geradas a cerca do tema para futuros e atuais gestores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A gestão democrática não é um tema novo em nosso cenário educacional. Desde 1988, a mesma aparece na Constituição brasileira como princípio da educação nacional, apoiado nos princípios de descentralização, autonomia e participação, a qual visa possibilitar os sujeitos envolver-se no processo educacional, auxiliar nas tomadas de decisões e definir rumos do projeto político pedagógico e das políticas públicas educacionais. As discussões que permeiam a Educação Infantil da escola pública são muitas, discute-se seus limites, possibilidades e princípios. Para tanto, este estudo traz a seguinte problemática: Quais são as concepções e práticas quanto a gestão democrática na educação infantil no município de Carambeí- PR. A presente pesquisa tem por objetivo analisar as concepções e as práticas de gestão democrática que se fazem presentes no contexto educacional de Carambeí – PR, para isso, delimita-se a pesquisa como um estudo de caso nos quatro Centros Municipais de Educação Infantil do município de Carambeí-PR, contando com a participação na coleta dedados de 17 pessoas envolvidas no processo educacional dessas instituições, vale ressaltar ainda que, o presente estudo terá características exploratórias e descritivas com as análises pautadas no referencial materialista histórico e dialético, o qual auxilia na compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.218.463

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2148122.pdf | 24/07/2023 21:33:30 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Macroestrutura_de_Dissertacao.pdf | 25/05/2023 18:50:13 | GESSICA LUCIF | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_rosto_assinada.pdf | 25/05/2023 18:49:22 | GESSICA LUCIF | Aceito |
| Outros | Questionarios.pdf | 24/05/2023 20:15:54 | GESSICA LUCIF | Aceito |
| Outros | Termo_de_anuencia.pdf | 24/05/2023 19:57:21 | GESSICA LUCIF | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | T_C_L_E.pdf | 24/05/2023 19:54:41 | GESSICA LUCIF | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.218.463

PONTA GROSSA, 03 de Agosto de 2023

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

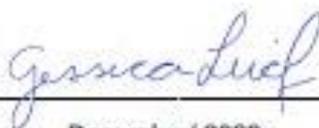
Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE SUPRESSÃO DAS ENTREVISTAS

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que as entrevistas transcritas foram suprimidas para preservar a identidade dos entrevistados.

Ficando em posse da pesquisadora.



Dezembro/ 2023